

# MINUTA



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Procuradoria Geral do Estado - PGE

## MINUTA DE CONTRATO

### \* MINUTA DE DOCUMENTO

**CONTRATANTE:** O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA**, inscrita no CNPJ/MF nº 04.793.055/0001-57, com sede na Rua Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, neste ato representada pelo Secretário de Estado Adjunto da Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania em substituição, Sr. **PAULO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA**, nos termos da Portaria nº 2952, publicada no Diário Oficial do Estado nº 242 de 26/12/2023.

**CONTRATADA:** A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXX, CEP: XXXX, neste ato representado pelo(a) Sr(a) XXXXXXXXXXXXX, portador(a) do CPF/MF nº XXXXXX, conforme poderes que lhe são outorgados XXXXXX.

Os contratantes celebram, por força do presente instrumento, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA (SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA) E MATERIAIS**, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto nº 28.874/2024, e demais normas pertinentes, na modalidade XXXXXXXX, do tipo XXXXXXXXXX, vinculando-se aos termos do Termo de Referência (0058024856), a proposta da Contratada (XXXXXXXXXX) e ao Processo Administrativo Eletrônico nº 00037.000480/2024-77, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para realização eventual de serviços comuns de engenharia para manutenção predial, com fornecimento de mão de obra (sem dedicação exclusiva), materiais, equipamentos e acessórios na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, descritos para a execução perfeita do serviço, compreendendo: Manutenção Predial, conserto, conservação, recuperação, demolição, adaptação, modernização e pequenas reformas, objetivando manter ou recuperar as instalações físicas das unidades prediais da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC e forças integrantes de segurança (Polícia Militar-PM, Corpo de Bombeiro Militar-CBM, Polícia Civil-PC e Superintendência Polícia Técnico-Científica-POLITEC).

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. A descrição da solução consta no item 4 do Termo de Referência (0058024856)

2.2. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para realização eventual de serviços comuns de engenharia para manutenção predial, com fornecimento de mão de obra (sem dedicação exclusiva) e materiais para a execução perfeita do serviço, compreendendo:

2.2.1. A manutenção preventiva e corretiva consiste na prestação de serviços de engenharia sob demanda nos sistemas integrados às instalações prediais, dispositivos hidrossanitários, pluviais, instalações e dispositivos elétricos, estrutural, instalações e dispositivos de rede telefônica e lógica, de combate e prevenção a incêndio e sistema de proteção de descargas atmosféricas (SPDA), bem como reconstituição das partes civis afetadas;

2.3. Os componentes de edificação abrangidos na manutenção constituem, em sua maioria, nas seguintes atividades:

2.3.1. Serviços a serem realizados sempre que solicitado pelo CONTRATANTE nas instalações hidrossanitárias e pluviais:

2.3.1.1. Corrigir vazamentos e outras anormalidades nos encanamentos da rede de água e esgoto, conexões, registros (internos e externos), torneiras (internas e externas), pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, substituindo-os, caso necessário;

2.3.1.2. Corrigir a regulação de válvulas e caixas de descarga (internas e externas), válvulas de mictórios, registros, engates, sifões, caixas sifonadas e outros dispositivos, trocando-os ou reparando-os, quando necessário;

2.3.1.3. Realizar reparações na vedação dos metais, substituindo-as, caso necessário;

2.3.1.4. Reparar ferragens e louças dos sanitários, corrigindo ou substituindo o que estiver danificado;

2.3.1.5. Reparar caixas de esgoto, caixas de inspeção, drenos, galerias de água pluvial, procedendo à limpeza e eliminando quaisquer irregularidades, caso encontradas;

2.3.1.6. Corrigir anormalidades nas redes pluviais e redes de drenagem de sistemas de refrigeração, reparando quaisquer vazamentos encontrados, com ou sem substituição de encanamentos, calhas, bacias, conexões, suportes, etc.;

2.3.1.7. Corrigir anormalidades nos encanamentos ou conexões de ramal de abastecimento de água, consertando ou substituindo registros, válvulas retentoras, torneiras, boias e outros dispositivos hidráulicos danificados;

2.3.1.8. Corrigir falhas nos sistemas de distribuição de água, incluindo a manutenção de encanamentos, conexões, registros, flanges, respiros e outros dispositivos hidráulicos, reparando ou substituindo aqueles que estiverem danificados;

2.3.1.9. Realizar manutenção nos reservatórios de água potável, corrigindo as irregularidades encontradas;

2.3.1.10. Realizar desentupimentos de redes de esgoto prediais, pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, ralos e caixas de inspeção, etc.

2.3.1.11. Executar todas as demais rotinas de manutenção, de acordo com as especificações técnicas dos equipamentos hidrossanitários e normas vigentes.

2.3.2. Serviços a serem prestados nas instalações elétricas prediais:

2.3.2.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva elétrica deverão ser realizados em todas as instalações e equipamentos elétricos dos prédios, inclusive transformador da rede de alta tensão, elevadores, centrais de ar-condicionado, equipamentos de ar-condicionado individuais, máquinas de reprografia, equipamentos de tecnologia da informação e equipamentos elétricos portáteis que não integram as instalações prediais, tais como: televisores, aparelhos de som e seus acessórios, geladeiras, frigobar, bebedouros, etc.

2.3.3. Serviços a serem realizados sempre que solicitado pelo CONTRATANTE nas instalações elétricas prediais:

2.3.3.1. Corrigir falhas nos quadros de distribuição, incluindo a distribuição de disjuntores, balanceamento de fases, substituição de dispositivos elétricos, reaperto de conectores, medição de correntes, tensão, etc.;

2.3.3.2. Corrigir falhas no sistema de iluminação e das tomadas em geral, tanto nas instalações internas quanto externas, incluindo o conserto ou a substituição de condutores, interruptores, lâmpadas, reatores, starts e tomadas, sejam externas ou de embutir, simples ou tripolar, com ou sem aterramento;

2.3.3.3. Corrigir falhas na rede embutida ou aparente, de baixa tensão, incluindo quadros de distribuição, disjuntores, condutores, canaletas, calhas, receptáculos, interruptores, equipamentos, instalações, etc., substituindo os itens necessários;

2.3.3.4. Corrigir falhas em tomadas especiais destinadas ao uso de equipamentos diversos, como microcomputadores, máquinas reprográficas, etc., substituindo os itens necessários;

2.3.3.5. Corrigir falhas nos sistemas de iluminação de emergência, substituindo os itens necessários;

2.3.3.6. Reparar ou substituir dispositivos elétricos e eletrônicos, tais como: reatores, fotocélula, contactores, relês, minuterias, chaves de baixa tensão, fusíveis, cigarra, etc.;

2.3.3.7. Realizar a manutenção ou substituição de luminárias, quando a sua operação for insuficiente ou provocar frequentes queimas de lâmpadas;

2.3.3.8. Realizar reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias, lâmpadas, contatos dos reatores, base dos soquetes, disjuntores, etc.;

- 2.3.3.9. Realizar a medição dos circuitos para verificar o estado da fiação, corrigindo ou substituindo aqueles que apresentarem descontinuidade, rupturas ou defeitos que afetem o nível de tensão de tomadas, lâmpadas, equipamentos, etc;
- 2.3.3.10. Realizar a manutenção corretiva em cercas eletrificadas e sistema de alarme, substituindo os itens necessários e corrigindo quaisquer irregularidades encontradas, incluindo a limpeza externa necessária ao seu bom funcionamento;
- 2.3.3.11. Ativar e mudar pontos elétricos;
- 2.3.3.12. Executar todas as demais rotinas de manutenção, de acordo com as especificações técnicas dos sistemas elétricos e das normas vigentes.
- 2.3.4. Serviços a serem prestados nas instalações civis:
- 2.3.4.1. Os serviços de manutenções corretivas nas instalações civis compreendem todas as atividades que exigem intervenções que visam a corrigir e reparar imperfeições e falhas em esquadrias, portas, portões, paredes, calhas, pinturas, pisos, forros, calçadas, muros, etc;
- 2.3.5. Serviços a serem realizados sempre que solicitado pelo CONTRATANTE nas instalações civis:
- 2.3.5.1. Corrigir falhas em telhados e suas estruturas, checando a proteção dos rufos, capacidade de escoamento e pontos de interferência, de forma a identificar anomalias;
- 2.3.5.2. Realizar eventuais correções em revestimentos de paredes, tetos e pisos (pintura, azulejos, cerâmicas, granitina, granito, rejuntamentos, rodapés, fixações, proteções, calafetação de juntas);
- 2.3.5.3. Realizar eventuais correções nos revestimentos internos e externos, eliminando a existência de trincas, descolamentos, manchas e infiltrações;
- 2.3.5.4. Corrigir falhas em forros internos e recuperar os pontos defeituosos, utilizando os mesmos materiais anteriormente empregados, de forma a manter o nivelamento e a pintura na mesma cor já existente;
- 2.3.5.5. Realizar regulagem, alinhamento, ajustes de pressão, lubrificações de portas e janelas, consertos ou, se necessário, substituição de fechaduras, travas, dobradiças, molas hidráulicas, cordoalhas, prendedores, puxadores, trincos, incluindo serviços de plaina;
- 2.3.5.6. Realizar pintura de caixas de incêndio, quadros de distribuição elétricos, quadros telefônicos e molduras de equipamentos de ar- condicionado, corrigindo o que for necessário;
- 2.3.5.7. Corrigir falhas em calçadas, pátios, revestimentos de pisos, acessos, cercas, gradis, corrimãos, alambrados, muros e portões;
- 2.3.5.8. Corrigir falhas na estabilidade dos muros e fixação dos gradis, regularizando os pontos instáveis;
- 2.3.5.9. Realizar correções na estrutura do concreto armado e de madeira, se existirem dilatações, quebras, trincas, recalques, etc.;
- 2.3.5.10. Realizar correções em paredes eliminando quebras, trincas, fissuras, desgastes, pinturas;
- 2.3.5.11. Realizar correções, eliminando infiltrações ou vazamentos em lajes impermeabilizadas e marquises, se necessário, proceder à remoção da vedação existente e realizar nova impermeabilização e proteção mecânica;
- 2.3.5.12. Executar revisão geral de janelas, portas, portões, suportes de ar-condicionado de janela, corrigindo as falhas encontradas e/ou substituindo partes, quando necessários;
- 2.3.5.13. Executar a inspeção geral nas esquadrias, realizando lixamentos, soldas, pinturas, vedações, regulagens nas fixações e remoção de partes enferrujadas, se necessário;
- 2.3.5.14. Realizar a limpeza das calhas pluviais, substituição de telhas, chapins, rufos;
- 2.3.5.15. Efetuar a limpeza geral de telhados, marquises, lajes, sistemas de condução e escoamento de águas pluviais;
- 2.3.5.16. Executar serviços de carpintaria, incluindo lixamento, impermeabilização, pintura, reaperto de parafusos, instalação e/ou substituição de peças como puxadores e fechaduras, com vistas a corrigir/reparar portas, janelas e montagens de móveis em geral;
- 2.3.5.17. Realizar reparos, montagem e desmontagem de divisórias (com ou sem vidro);
- 2.3.5.18. Realizar instalação de extintores de incêndio, telas de proteção, quadros, murais, acessórios de banheiro e copa, suportes, etc.
- 2.3.6. Serviços de telefonia e rede de cabeamento estruturado a serem prestados sempre que solicitado:
- 2.3.6.1. Os serviços de manutenção em telefonia e cabeamento estruturado compreendem a instalação e transferência de ramais, lançamento de cabos, instalação e substituição de peças, blocos de ligação, dispositivos de proteção, conectorização de pontos, montagem de patch-panels e demais componentes da rede interna dos imóveis relacionados no item.
- 2.3.6.2. Realizar identificação dos circuitos lógicos e das linhas telefônicas, comutação de pontos lógicos de dados para voz e vice-versa;
- 2.3.6.3. Organizar fiação, limpar os distribuidores gerais e realizar confecção e ligação de extensões telefônicas;
- 2.3.6.4. Realizar reparos para solucionar falhas como: linha muda, ruídos, interferências, mau contato, intermitências e outras falhas que comprometam a boa comunicação;
- 2.3.6.5. Instalar e/ou remanejar pontos telefônicos e de rede lógica de dados;
- 2.3.6.6. Substituir cabeamento, tomadas telefônicas e conectores defeituosos;
- 2.3.6.7. Instalação física do link de dados entre o DG telefônico e o modem;
- 2.3.6.8. Efetuar a rede interna de telefonia a partir do DG telefônico quando instaladas novas linhas telefônicas.
- 2.3.7. Serviços em sistemas de ar condicionado a serem prestados sempre que solicitado pelo Contratante:
- 2.3.7.1. Os serviços em sistemas de ar condicionado, consistem em promover as intervenções civis, hidráulicas e elétricas necessárias para a instalação e mudança de local de aparelhos de ar-condicionado;
- 2.4. Na execução das manutenções prediais, a definição dos serviços dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela SINAPI:
- 2.5. O levantamento dos preços deverá ser de acordo com os valores atuais de mercado, considerando, prioritariamente, a base do Sistema de Preços e Custos da Construção Civil da Caixa Econômica Federal – SINAPI, local: Estado de Rondônia;
- 2.5.1. Nos casos em que a Tabela do SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, deverá ser utilizada outra fonte de informação, nesta ordem de prioridade:
- 2.5.2. Tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, estadual ou municipal (Tipo CEHOP), incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI (como exemplo SICRO do DNIT) ou outro índice como a título de exemplo o ORSE.
- 2.6. Pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e as cotações), devendo ser apurada a média entre três cotações e sobre ela aplicar o mesmo desconto ofertado na licitação, observando o texto do art. 125 da Lei nº 12.465/11(LDO-2012);
- 2.7. Toda e qualquer fonte de dados ou sistema a ser utilizado para a execução do serviço contratado, deverá ser submetido à aprovação da fiscalização. Essa exigência vale também para os casos em que, excepcionalmente, as composições constantes na planilha não possuam referência em bases de dados oficiais. Nesses casos, deverá ser submetida à fiscalização uma listagem (pesquisa de mercado) com o mínimo de três cotações de preços de empresas do mercado local, sendo que deverá ser considerado o valor da média aritmética;
- 2.8. Deverá ser confeccionada planilha de fonte dos dados das precificações, na qual deverá ser informada, por item, de modo a ser verificada com clareza, a origem de cada composição de forma a atender ao disposto no § 2º do inciso I do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- 2.9. Materiais Empregados:
- 2.9.1. A empresa CONTRATADA, assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo, necessários à conservação e à

operação das instalações, cuja manutenção seja objeto deste Edital;

2.9.2. Entende-se por materiais de consumo os materiais necessários à realização das manutenções corretiva das instalações, sistemas, observadas as recomendações dos fabricantes, utilizando os materiais que se fizerem necessários, relacionados no Termo;

2.9.3. A CONTRATADA deverá manter estoque regular dos materiais de consumo, que atenda às necessidades mensais dos serviços de manutenção e operação a fim de não interrompê-las. Em casos excepcionais de falta de material, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para o seu fornecimento;

2.9.4. Todos os insumos a serem empregados serão submetidos à aprovação da fiscalização de seu emprego, utilização ou aplicação nos prédios da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania -SESDEC e/ou órgãos partícipes;

2.9.5. A substituição dos materiais, previamente aprovadas pelo Gestor do Contrato, deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da autorização de substituição concedida pelo Gestor do Contrato;

2.9.6. Caso haja impossibilidade de substituição dos materiais no prazo indicado no **subitem 4.32.5**, a CONTRATADA deverá apresentar documento, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, assinado pelo encarregado responsável pela condução dos serviços, justificando a impossibilidade do fornecimento e da instalação;

2.9.7. Não serão aceitos materiais e serviços que estejam com valores acima do contratado, e sem a autorização da Contratante;

2.9.8. O prazo de garantia dos materiais substituídos será de 12 (doze) meses, contado do termo de recebimento definitivo expedido pela Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania -SESDEC e/ou órgãos partícipes;

2.9.9. Os serviços compreenderão a reposição de peças e materiais novos e originais, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas e recomendações do fabricante ou da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania -SESDEC e/ou órgãos partícipes, de qualidade igual ou superior aos existentes nas instalações a serem mantidas, bem como o fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e assistência técnica para o perfeito e ininterrupto funcionamento das instalações e dos equipamentos dos prédios da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania -SESDEC e/ou órgãos partícipes;

2.9.10. As embalagens de materiais deverão apresentar rótulo onde constarão as informações necessárias à verificação de adequação;

2.9.11. Poderá ser solicitado à empresa registrada que apresente amostras e a ficha técnica de materiais e equipamentos para serem verificados pela fiscalização antes do fornecimento;

2.9.12. Quando não definido na embalagem, o critério de qualidade será exclusivo da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania -SESDEC e/ou órgãos partícipes, devendo a empresa registrada substituir os considerados inadequados e/ou como de qualidade não satisfatória, no prazo estabelecido pela fiscalização;

2.9.13. Para o caso de manutenções corretivas, devido à natureza de imprevisibilidade do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo e o valor total de insumos a serem demandados, sendo que, para cada serviço solicitado, haverá elaboração de planilha orçamentária nos moldes das tabelas acima citadas;

2.9.14. Sendo a tabela do SINAPI de conhecimento público e de fácil acesso através da internet, não será admitida alegação de seu desconhecimento por parte das licitantes.

#### 2.10. Mão de Obra:

2.10.1. Os serviços serão executados por empregados do fornecedor registrado, por tarefa e por solicitação da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania -SESDEC e/ou órgãos partícipes quando julgar necessário, não havendo portanto, o emprego de mão de obra sem dedicação exclusiva nas dependências da Instituição.

2.10.2. Equipamentos de proteção individual:

2.10.3. A empresa deverá cumprir rigorosamente o disposto na Norma Reguladora nº. 06 do Ministério do Trabalho e Emprego.

#### 2.11. Equipamentos:

2.11.1. Utilizar equipamentos/ferramentas de primeira qualidade, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações do Contratante e à prestação dos serviços;

2.11.2. Dotar os equipamentos elétricos de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica, sob pena de responsabilidade.

2.11.3. Manter, nas dependências da Contratante, devidamente identificadas, a quantidade e a espécie dos equipamentos/ferramentas necessários à execução dos serviços objeto do contrato, devendo providenciar e disponibilizar qualquer outro equipamento julgado indispensável para a realização dos serviços.

#### 2.12. As demandas são divididas em:

2.12.1. **Manutenções Preventivas:** serviços programados nas rotinas mínimas de manutenção, conforme cronograma anual a ser definido pela Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania -SESDEC e/ou órgãos partícipes, com objetivo de evitar defeitos e conservar os equipamentos e instalações dentro dos padrões de segurança, além de mantê-los em funcionamento adequado.

2.12.2. As manutenções preventivas contemplam a inspeção e a realização de reparos, regulagens, ajustes e substituição de peças de reposição aplicação imediata (consideradas para este fim aquelas de baixo valor e facilmente encontradas no mercado). Apenas as intervenções e reparos que demandem a aplicação de técnicas e materiais que não se enquadram no descrito neste item, deverão ser tratadas como manutenções corretivas.

2.12.3. O profissional responsável pela manutenção preventiva, deverá registrar na ordem de serviço da manutenção preventiva expedida pela Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania -SESDEC e/ou órgãos partícipes, a ocorrência de defeito ou perda de funcionalidade, que não pode ser corrigido no momento da intervenção preventiva. Deverá descrever, detalhadamente, o defeito, os ensaios realizados e proceder o registro fotográfico, de forma, que seja possível caracterizar o defeito e planejar as ações corretivas necessárias para proceder a correção.

2.12.4. No relatório de manutenção preventiva, deverão ser apresentadas as informações de identificação do defeito (descrição da falha, ensaios realizados etc.), justificativa dos fatos que impediram a solução da falha durante a execução da manutenção preventiva e planejamento da ação corretiva contendo o profissional indicado para realizar as intervenções, a quantidade de homem-hora para realização da intervenção e os materiais necessários.

2.12.5. A contratada, deverá comunicar imediatamente à contratante qualquer indício de trincas nas estruturas de concreto; rachaduras nas vigas, pilares e lajes; exposição de armaduras (ferragens), alvenaria estrutural ou revestimento.

2.12.6. **Manutenções Corretivas Sob Demanda:** Consiste no restabelecimento dos componentes de sistemas (hidráulicos, elétricos, de incêndio) e das instalações prediais às condições adequadas de funcionamento e incluirá os serviços de atendimento emergencial, detectados ou não pelo contratante.

2.12.7. A necessidade de manutenções corretivas identificadas pela CONTRATADA, durante a realização das manutenções preventivas ou situações extemporâneas, deverão ser apresentadas obrigatoriamente através de relatório.

2.12.8. Assim como, para as intervenções preventivas identificadas pela CONTRATADA, o planejamento de ações corretivas identificadas durante o processo de manutenção preventiva, deverá ser aprovado pelo CONTRATANTE antes da realização das ações de manutenção propriamente ditas.

2.12.9. Os prazos para apresentação do planejamento da intervenção e realização das manutenções corretivas, serão em função do impacto ao funcionamento da Instituição ou do tipo de defeito identificado. Dessa forma, serão determinados prazos para o atendimento para ações de Manutenção Corretiva Eventual e para ações de Manutenção Corretiva Emergencial, estabelecidos como sendo:

a) **Manutenção Corretiva Eventual:** refere-se à falha ou defeito detectada e que não impedem o funcionamento da edificação ou de um determinado equipamento ou ambiente. Ocorre quando há necessidade de intervenção em algum equipamento para ajuste de configuração ou substituição de peças, que não impedem seu funcionamento e não trazem risco para o funcionamento seguro da edificação. Exemplo: troca de reatores e lâmpadas queimadas; troca de mola de porta; troca do ralo abacaxi, dentre outros.

b) **Manutenção Corretiva Emergencial:** refere-se à falha ou defeito detectado que trazem risco para o funcionamento adequado e seguro da edificação para um determinado equipamento ou ambiente crítico. Ocorre quando há necessidade de intervenção em algum equipamento ou sistema crítico fora de operação ou com desempenho prejudicado. Exemplo: vazamento em reservatório de água potável, falha em componente do Quadro Geral de energia elétrica, dentre outros.

A CONTRATADA deverá prestar os serviços de manutenção corretiva, disponibilizando todo e qualquer material, ferramental, equipamento e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, mediante solicitação e autorização do CONTRATANTE.

2.12.10. Os serviços relativos à manutenção corretiva sob demanda, deverão ser executados de acordo com o rol de serviços contemplados na Tabela SINAPI/RO. Na falta da composição na Tabela SINAPI/RO, poderá tomar-se como referência as composições do ORSE, porém utilizando-se os preços referentes à tabela de insumos do SINAPI/RO.

2.13. **Local de Entrega:**

2.13.1. O fornecedor registrado, realizará os serviços (manutenções prediais) nos prédios pertencentes à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania-SESDEC e/ou órgãos partícipes, previamente informado pela equipe de fiscalização, nos endereços informados no ANEXO I deste Termo de Referência.

2.13.2. **O fornecedor registrado, também realizará os serviços (manutenções prediais) nos prédios pertencentes à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania-SESDEC e/ou órgãos partícipes, que não estão contidas Rol de imóveis do ANEXO I.**

2.13.3. A Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania poderá realizar em quaisquer imóveis das forças integrantes de segurança (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Superintendência Polícia Técnico-Científica).

2.14. **Terminologia**

2.14.1. Para os estritos efeitos deste Termo de Referência, são adotadas as seguintes definições:

2.14.1.1. **Contratante:** Órgão que contrata a execução dos serviços de engenharia.

2.14.1.2. **Contratada:** Empresa contratada para a execução dos serviços de engenharia.

2.14.1.3. **Fiscalização:** Atividade exercida de modo sistemático por representante da Administração formalmente designado, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

2.14.1.4. **Programa de Necessidades:** Conjunto de características e condições necessárias ao desenvolvimento das atividades dos usuários da edificação que, adequadamente consideradas, definem e originam a proposição para o empreendimento a ser realizado.

2.14.1.5. **Especificações Técnicas:** Conjunto de informações técnicas claras e objetivas sobre a execução dos serviços demandados, nos termos dos Manual de Obras Públicas-Edificações (Manutenção, Construção e Projeto),

2.14.1.6. **Manutenção** é definida como a combinação de ações técnicas e administrativas, incluindo as de supervisão, destinadas a manter ou recolocar um item em um estado no qual possa desempenhar uma função requerida (NBR 5462-1994). Ou seja, manter, significa fazer tudo que for preciso para assegurar que um equipamento, instalação ou edificação continue a desempenhar as funções para as quais foi projetado, num nível de desempenho exigido;

2.14.1.7. **Conserto** é o ato de colocar em bom estado de uso ou funcionamento o objeto danificado; corrigir defeito ou falha;

2.14.1.8. **Conservação** é o conjunto de operações visando preservar ou manter em bom estado, fazer durar, guardar adequadamente, permanecer ou continuar nas condições de conforto e segurança previstas no projeto;

2.14.1.9. **Reparação** é o ato de fazer que a peça, ou parte dela, retome suas características anteriores. Nas edificações, define-se como um serviço em partes da mesma, diferenciando-se de recuperar.

2.14.1.10. **Instalações civis** (alvenarias, janelas, grades, fachadas, portas e portões, pisos, telhados, platibandas, lajes, pilares etc.);

2.14.1.11. **Instalações hidráulicas e sanitárias;** bombas d'água em geral;

2.14.1.12. **Instalações elétricas de baixa tensão;** redes internas de telefonia; passagens de cabos da rede lógica, eletrodutos e canaletas; para-raios;

2.14.1.13. **Letreiros, comunicação visual e vidraçaria;**

2.14.1.14. **Sistemas ar condicionados** Split ou Tipo janela;

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO**

3.1. O recebimento **consta no item 19 do Termo de Referência (0058024856).**

3.2. **Provisoriamente**, em até 15 (quinze) dias corridos contados da data da última medição, assinado pelo Representante da Empresa e o Fiscal do Contrato Responsável.

3.2.1. Todas as imperfeições e ocorrências relativas à execução dos serviços serão formalmente informadas à empresa, que deverá saná-las no prazo estabelecido pela fiscalização, o prazo de recebimento provisório permanecerá suspenso até a total correção e nova vistoria;

3.3. **Definitivamente**, em até 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento provisório, assinado pelo Representante da Empresa, Gestor do Contrato e 02 (dois) servidores designados, mediante termo recebimento definitivo, comprovando o objeto aos termos contratuais, observado o disposto no inciso I, art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4. Após o recebimento provisório, todas as imperfeições e ocorrências relativas à execução dos serviços serão formalmente informadas à empresa, que deverá saná-las no prazo estabelecido pela fiscalização, o prazo de recebimento definitivo permanecerá suspenso até a total correção e nova vistoria;

3.5. No caso de não correção das imperfeições ou não resolução das ocorrências no prazo estabelecido, o fiscal emitirá e entregará à empresa notificação para que apresente razões em sua defesa, no prazo estabelecido na legislação pertinente;

3.6. A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC e/ou órgãos partícipes se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as condições estabelecidas em ARP;

3.7. As perdas de serviços, quebras de unidades, ineficiência de mão de obra e outros problemas não serão, em hipótese alguma, considerados no ato do recebimento como serviços executados;

3.8. O fiscal deverá, antes do início e após a finalização de qualquer serviço, por solicitação da empresa ou mediante cronograma previsto, vistoriar o serviço para fins de recebimento;

3.9. O prazo poderá ser prorrogado à critério da CONTRATANTE, mediante solicitação motivada da CONTRATADA.

3.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados durante o período de garantia previsto para o serviço.

3.11. Maiores informações podem ser obtidas pelos seguintes telefones: Coordenadoria Administrativa e Financeira-CAF (69) 3212-8525/3212-8521.

4. **CLÁUSULA QUARTA- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

4.1. A vigência contratual **consta no item 34 do Termo de Referência (0058024856).**

4.2. O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados em prazo e saldo, sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 05 (cinco) anos, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme Art. 107 da Lei 14.133/2021.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DA VISTORIA**

5.1. A vistoria **consta no item 11 do Termo de Referência (0058024856).**

5.2. É facultado aos licitantes a realização de vistoria para reconhecimento do local em que serão prestados os serviços;

5.3. A data e o horário da vistoria, poderão ser agendados previamente junto à **Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia - SESDEC**, Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas – CEP: 76.801-470 (Palácio Rio Madeiras, prédio Rio Cautário, 3º andar) Porto Velho (RO) – BRASIL, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data de realização da licitação, pelo telefone (69) 3212-8518 e (69) 8479-8330, e será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 07:30 horas às 13:30. O prazo para visita iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

5.4. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado;

5.5. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo neste caso necessário apresentar **DECLARAÇÃO DE VISTORIA e PLENO CONHECIMENTO** (Anexo III e VIII respectivamente), sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida no futuro, de pleitear por forçado conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

5.6. Na opção da não realização da vistoria, a empresa não poderá alegar desconhecimento das condições do local de realização dos serviços, em favor de eventuais pretensões de acréscimo nos preços propostos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. A execução dos serviços **constam no item 12 do Termo de Referência (0058024856).**

### **6.2. Da Avaliação das Demandas**

6.2.1. Os serviços, a serem executados, serão PREVIAMENTE definidos em INSPEÇÃO, a ser realizada no local correspondente que emitir a chamada de Serviço. A vistoria obrigatória deverá ser executada por técnico da Contratante ou por técnico da Contratada (nesse caso validado sempre pela fiscalização do Contrato);

6.2.2. Caberá à Contratante, definir em cada caso, quem efetuará a vistoria *in loco*, para elaboração do levantamento técnico dos serviços, ou seja, se será efetuada por profissionais da própria Contratante ou profissional da Contratada;

6.2.3. Quando a Contratada for a responsável por fazer a vistoria *in loco*, essa deverá cumprir os seguintes requisitos:

6.2.3.1. Um profissional habilitado será o responsável por fazer a inspeção. Caso seja necessário o auxílio de outro profissional, a contratada previamente deverá requisitar tal permissão à CONTRATANTE. No caso da inspeção realizada pela Contratada, a mesma será acompanhada por Servidor da CONTRATANTE designado para tal;

6.2.3.2. Para o atendimento das vistorias solicitadas, o profissional da Contratada deverá começar no prazo estipulado pela Contratante, variando de acordo com a quantidade de Edificações, a contar a da Ordem de Vistoria que será encaminhado pelo Núcleo de Engenharia-NENG, devendo informar a equipe técnica da SESDEC a data da realização da vistoria;

6.2.3.3. Deverá ser confeccionado um RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, contendo as demandas de serviços identificadas, as soluções traçadas, insumos e materiais necessários, os profissionais requisitados, registros fotográficos, bem como o prazo de execução dos serviços. Tais relatórios de inspeção, requerimentos e procedimentos serão avaliados pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO;

6.2.3.4. No caso de serviços **urgentes ou de emergência**, a empresa terá o **prazo de até 48 horas**, independente dos dias da semana e horário, para atender o chamado técnico poderá ser realizado por telefone, e-mail, aplicativo e WhatsApp (oficial da empresa), devendo ser formalizado logo em seguida nos termos da alínea anterior.

6.2.3.5. O relatório de inspeção, a pedido da Administração, não vincula em hipótese alguma a realização das atividades, ficando a juízo deste Poder, através da Fiscalização do Contrato, decidir pela não execução, execução total ou parcial dos serviços, bem como, requisitar ou realizar diligências para confirmação das demandas, e ainda, realizar alterações na planilha orçamentária.

### **6.3. Do Relatório de Inspeção**

6.3.1. Após a avaliação da demanda, a empresa deverá apresentar no **prazo de até 10 dias úteis** os seguintes documentos:

a) Relatório de Vistoria Técnica, constando a identificação do imóvel, descrição das patologias existentes, registro fotográfico das condições da edificação, data, hora, assinatura do profissional habilitado e outras informações essenciais;

b) Planilha Orçamentária: Resumo Geral, Sintética, Curva ABC de Serviços, Composições de Preços Unitárias, preços referentes à tabela de insumos do SINAPI/RO DESONERADA DO MÊS DA ABERTURA DA LICITAÇÃO, Memórias de Cálculo, BDI 28,70% conforme limite estabelecido no contrato e Cronograma Físico-Financeiro devidamente assinados pelo engenheiro responsável da empresa. Ressalte-se que o valor total deverá ser incluído o valor da manutenção + BDI 28,70%, menos o percentual de desconto registrado na ata de registro de preço. A planilha orçamentária deverá conter data, hora, assinatura do profissional habilitado e outras informações essenciais;

c) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do autor da planilha;

d) Croqui da edificação, visando atestar o quantitativo dos serviços a serem realizados, nela incluindo a planta baixa, 02 (dois) cortes, fachada, vistas laterais, planta de locação, planta de cobertura.

e) Memorial descritivo dos serviços, inclusive as especificações técnicas dos materiais e equipamentos a serem utilizados.

6.3.2. Quando não for encontrada correspondência do serviço na tabela do SINAPI, serão utilizadas as composições unitárias, elaboradas pela empresa, com base nas composições de custos realizadas pelas instituições do governo federal, estadual ou municipal (ORSE, SICRO/DNIT, DER, TCPO, etc.), porém utilizando-se os preços referentes à tabela de insumos do SINAPI/RO DESONERADA DO MÊS DA ABERTURA DA LICITAÇÃO. Em último caso utilizar, os custos dos insumos pesquisados no local do serviço com, no mínimo, três cotações sendo considerado o menor valor.

6.3.3. A equipe de fiscalização do contrato terá até **15 (quinze) dias úteis** para análise e validação dos documentos, a contar do recebimento por esta SESDEC.

6.3.4. Análise e validação, pelo Fiscal do Contrato, de todos os documentos e relatórios entregues pela empresa, será por meio de **Declaração de Validação** com assinatura da Contratada, Fiscal do Contrato e um servidor desta SESDEC.

6.3.5. A planilha orçamentária poderá sofrer acréscimos e/ou supressão de serviços pelo Fiscal do Contrato, de acordo com a necessidade da edificação e disponibilidade orçamentária.

6.3.6. Após a entrega pela Contratada do RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, a Contratante efetuará a análise do mesmo para possibilitar sua aprovação e a devida autorização para execução dos serviços;

6.3.7. Após a devida aprovação o Relatório de Inspeção, será feita a elaboração do contrato e assinatura, seguidamente a emissão da ordem de serviço, que serão documentos próprios emitido pelos CONTRATANTE que deverá conter informações sobre os prazos e as recomendações técnicas e procedimentais;

6.3.8. Modelo de Celebração Contratual 01: será realizada 01 (um) contrato para cada unidade mantida, ou seja, um contrato para cada Ordem de Serviço, podendo ser aditivado.

6.3.9. Modelo de Celebração Contratual 02: será realizada 01 (um) contrato global e abatendo saldo para cada Ordem de Serviço, ou seja, um contrato para o valor total disponibilizado.

6.3.10. Os serviços executados, devidamente previstos no RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, poderão ser alterados durante o seu andamento sempre que houver necessidade técnica a ser detectada pela Contratante ou pela Contratada;

### **6.4. Disponibilidade dos serviços**

6.4.1. A empresa deverá emitir no CNPJ da Contratada a ART de execução imediatamente após a assinatura da **Declaração de Validação**, sendo **INDISPENSÁVEL** para a emissão da Ordem de Serviço;

6.4.2. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** após o envio da **Ordem de Serviço** correspondente, que será encaminhado pelo Núcleo de Gestão de Contratos - NGESC.

6.4.3. Havendo um fator externo que impeça o início dos serviços, esse prazo poderá ser suspenso e reiniciado conforme a contratante determinar.

6.4.4. A data de início da execução dos serviços, será comprovada mediante ofício do servidor responsável pela unidade local, ou seja, deverá a Contratada comunicar o servidor sobre o inícios dos serviços.

6.4.5. A data final da execução dos serviços será comprovada mediante ofício do servidor responsável pela unidade local, ou seja, deverá a Contratada comunicar o servidor sobre o término dos serviços.

### **6.5. Do Deslocamento**

6.5.1. Em nenhuma hipótese serão efetuados pagamentos de mobilização (viagem, hospedagem, alimentação e qualquer outra despesa decorrente da realização do serviço) e/ou desmobilização;

6.5.2. Em nenhuma hipótese serão efetuados pagamentos de transporte de materiais, equipamentos, ferramentas ou quaisquer itens relativos aos serviços deste termo de referência;

6.5.3. Em hipótese alguma, será permitido o transporte clandestino de profissionais e/ou equipamentos, sendo necessário o uso de meios de transportes legalizados pelos órgãos de controle e fiscalização estatal, podendo em caso adverso, a Contratada ser penalizada por esta Administração nos Termos especificados em Contrato e na Lei Vigente;

6.5.4. É estritamente INEGOCIÁVEL que a Contratada providencie meios de transportes seguros a seus funcionários, no deslocamento entre municípios, sendo critério fundamental para continuidade da execução contratual.

6.6. Execução:

6.6.1. O prazo para assinatura do contrato será de 7 (sete) dias úteis após disponibilização do mesmo por parte da contratante;

6.6.2. O prazo para execução de cada serviço solicitado deverá constar na Ordem de Serviço;

6.6.3. Durante a execução dos serviços a CONTRATADA deverá elaborar os diários de **MANUTENÇÃO PREDIAL**, podendo ser feita de maneira digital, através do aplicativo "DIÁRIO DE OBRA/MANUTENÇÃO ON LINE" indicado pela CONTRATANTE, para registro toda e qualquer atividade, inclusive com registros fotográficos;

6.6.4. Na impossibilidade do atendimento ou cumprimento dos prazos por motivos alheios à vontade da empresa, o fato deve ser comunicado imediatamente, dentro do prazo de execução, e por escrito à fiscalização, constando a justificativa e solicitando a prorrogação devendo tudo ser registrado no Diário de **MANUTENÇÃO PREDIAL** ou por meio de documentos hábeis;

6.6.5. A execução dos serviços relativos a cada contrato será acompanhada pelo fiscal;

6.6.6. A execução dos serviços de urgência ou emergência será acompanhada *in loco* pelo fiscal e os de curta duração, que não requeiram especialização, por servidor indicado pela Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania -SESDEC e/ou órgãos partícipes.

6.6.7. A CONTRATADA deverá executar todos os serviços previstos na planilha orçamentária nos moldes indicados no Memorial Descritivo;

6.6.8. Caberá à CONTRATADA todo o planejamento da execução dos serviços, nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física especificada da **MANUTENÇÃO PREDIAL**, integrante da proposta, obrigando-se a manter atualizado o Diário de **MANUTENÇÃO PREDIAL**, podendo ser por meio de plataforma digital.

6.6.9. No Diário de **MANUTENÇÃO PREDIAL**, serão lançadas pela CONTRATADA todas as ocorrências da manutenção, tais como: equipe, serviços realizados, entradas e saídas de materiais, anormalidades, chuvas, feriados, finais de semana, acidentes de trabalho, etc., de modo a haver um completo registro de execução da manutenção.

6.6.10. Durante a execução dos serviços, eventualmente, poderão surgir serviços fundamentais necessários para a continuidade da demanda. Nesta ocasião, a contratada deverá elaborar planilha orçamentária complementar e submetida à aprovação pelo fiscal do contrato. Consequentemente, em virtude da planilha complementar, será aditivado o prazo limite para finalização dos serviços **MANUTENÇÃO PREDIAL**, mediante autorização do Ordenador de Despesa.

6.6.11. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE, e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

6.6.12. No caso de serviços urgentes, emergenciais ou de curta duração, o contrato será substituído pelo Empenho e Relatório de Execução de Serviços – RES, que conterá os mesmos dados daquele documento e será entregue pela empresa, imediatamente após a execução, para análise do fiscal.

6.6.13. Os serviços somente serão considerados entregues mediante o Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal do Serviço e/ou Gestor do Contrato.

6.7. Relatório Final de Execução de Serviços – RFES:

6.7.1. É o documento numerado, impresso ou eletrônico, elaborado pela empresa e encaminhado à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania-SESDEC e/ou órgãos partícipes, para comprovação de finalização da execução dos serviços autorizados, entregue ao final de todos os serviços, constando minimamente os seguintes itens:

- a) Local de realização do serviço;
- b) Data de início e de conclusão;
- c) Registro fotográfico de antes e depois do serviço executado;

6.7.2. O recebimento dos serviços que compõem localidade será formalizado por meio de Relatório Final de Execução de Serviços – RFES emitido pela empresa;

6.7.3. O Relatório Final de Execução de Serviços – RFES, servirá como comunicação da empresa de que o serviço foi executado, todavia, a data final da execução dos serviços será comprovada mediante ofício do servidor responsável pela unidade local

6.7.4. Deverão ser entregues no e-mail: nucleodeengenharia@sesdec.ro.gov.br no formato PDF assinado pelo Profissional Habilitado;

6.8. Rotinas de Execução do Trabalho

6.8.1. À obrigatoriedade de realizar o isolamento das áreas onde haverá intervenção com equipamentos de identificação, fita zebradas ou cones, garantindo a segurança pessoal dos trabalhadores e demais pessoas que transitam pelo local.

6.8.2. Que todos os materiais devem estar em local apropriado, com intuito de manter o local de circulação de pedestre livre e seguro;

6.8.3. Que todos os equipamentos a serem usados nas manutenções devem, obrigatoriamente, ser operados por técnicos qualificados e treinados;

6.8.4. Que, quando do uso de andaimes, estes devem estar devidamente instalados e com suas ancoragens de acordo com normas vigentes, com vistas a garantir a segurança de todos os colaboradores que fizerem uso do equipamento;

6.8.5. À limpeza diária e obrigatória de todo o local de serviço, de forma a garantir a segurança de todos os usuários da edificação, bem como a conservação e limpeza dos ambientes onde estão sendo realizadas as intervenções;

6.8.6. Que, durante a vigência da ata ou do instrumento contratual, poderão ser desenvolvidas novas rotinas de acompanhamento, procedimentos e formulários e, com isso, garantir um melhor acompanhamento dos serviços prestados;

6.8.7. Providenciar, sem ônus para o Contratante e no interesse da segurança dos usuários e do seu próprio pessoal, o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados (Equipamentos de Proteção Individual - EPI).

6.9. Identificação dos Empregados

6.9.1. A empresa deverá fornecer a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania -SESDEC e/ou órgãos partícipes, lista com os funcionários que acessarão as dependências para a execução do serviço, para o devido cadastro e logística de segurança institucional.

6.9.2. Os funcionários que realizarão o serviço, deverão estar devidamente uniformizados e/ou identificados através de crachá fixado na parte superior do uniforme. A empresa deverá obedecer, além do exposto nesse item, às normas internas de acesso ao prédio e segurança que a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania -SESDEC e/ou órgãos partícipes eventualmente instituir.

6.10. Horário da realização dos serviços

6.10.1. O horário de realização dos serviços de manutenção predial será prestado pela Contratada, de segunda a sábado, exceto feriados, no período compreendido entre **08h00min e 18h00min horas** com intervalo de descanso, de segunda a sexta feira e das **08h00min às 14h00min horas** aos sábados, obedecidas as condições da convenção coletiva de trabalho da categoria.

6.10.2. No caso da realização de evento aos sábados e/ou domingos, ou ainda, quando ultrapassar o horário de expediente, será respeitado o **limite de 22:00 horas**, para não gerar pagamento de adicional noturno, sendo compensadas as horas excedentes dentro do mês, ou, na impossibilidade, no mês subsequente, obedecidas as condições da convenção coletiva de trabalho da categoria.

6.10.3. Os serviços de manutenção corretiva, sempre que possível, deverão ser desenvolvidos no horário indicado **no subitem 3.10.1**. Entretanto, caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento dos sistemas, ou possa causar qualquer problema ao normal funcionamento das unidades da contratante, os serviços deverão ser programados para outros horários e dias, de forma a não gerar pagamento de horas extras e adicional noturno, sendo compensadas as horas excedentes dentro do mês, ou, na impossibilidade, no mês subsequente, obedecidas as condições da convenção coletiva de trabalho da categoria

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PARTICIPANTES**

7.1. Os participantes constam **no item 13 do Termo de Referência (0058024856)**.

7.2. UG 15.0001 - Secretaria de Estado da Segurança Pública, Defesa e Cidadania - SESDEC UASG (925986) - Órgão Detentor;

- 7.3. UG 15.0006 - Superintendência de Polícia Técnico-Científica - POLITEC UASG (930493) Órgão Partícipe;
- 7.4. UG 15.0005 - Polícia Militar - PM UASG(927005) - Órgão Partícipe;
- 7.5. UG 15.0004 - Corpo de Bombeiro Militar - CBM UASG(926918) - Órgão Partícipe;
- 7.6. UG 15.0003 - Polícia Civil - PC UASG(927323) - Órgão Partícipe.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS**

- 8.1. As legislação, normas e regulamentos constam **no item 15 do Termo de Referência (0058024856)**.
- 8.2. A contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do Contrato, inclusive por suas subcontratadas.
- 8.3. Na execução do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, assim como toda a legislação municipal, estadual e federal pertinente, independente de citação:
- 8.3.1. Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.
- 8.3.2. Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA / CONFEA e do CAU.
- 8.3.3. Código de Obras, Lei de Uso e Ocupação do Solo do município e Plano Diretor Urbano de cada obra a ser efetivada.
- 8.3.4. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais.
- 8.3.5. Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros.
- 8.3.6. Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia).
- 8.3.7. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
- 8.3.8. Normas internacionais específicas consagradas, se necessário.
- 8.3.9. É de inteira responsabilidade do fornecedor registrado, prestar os serviços inerentes ao objeto em consonância com as normas e legislações vigentes. A ausência de norma explicitada neste Termo não desobriga a empresa a fornecer quaisquer dos itens do objeto dentro dos padrões estipulados, caso exista norma específica para ele.
- 8.4. As práticas de manutenção predial descritas neste Termo de Referência devem respeitar rigorosamente as Normas Técnicas e Legislação vigente, tendo por referência e orientação:
- 8.4.1. NBR 5674/2012 – Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;
- 8.4.2. NBR 14037/2011 – Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações – Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos;
- 8.4.3. NBR 13531/1995 – Elaboração de projetos de edificações – Atividades técnicas;
- 8.4.4. NBR 5410/2004 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- 8.4.5. NBR 5419/2015 – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- 8.4.6. NBR ISSO/CIE 8995-1/2013 – Iluminação de ambientes de trabalho Parte 1 – Interior;
- 8.4.7. NBR 12284/1991 – Áreas de vivência em canteiros de obras – Procedimento;
- 8.4.8. NBR 6494/1990 – Segurança nos andaimes;
- 8.4.9. NBR 5461/1991 – Iluminação – Terminologia;
- 8.4.10. NBR 5626/1998 – Instalações Prediais de Água Fria;
- 8.4.11. NBR 8160/1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário: Projeto de execução;
- 8.4.12. NR 10 – Instalações e serviços de eletricidade;
- 8.4.13. NR 17 – Ergonomia;
- 8.4.14. NR 18 – Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção;
- 8.4.15. Lei nº. 11.337 – Presidência da República – de 26 de junho de 2006: Obrigatoriedade do Aterramento das Instalações Elétricas;
- 8.4.16. Normas da ABNT e do INMETRO: Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, além das Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CAU e CREA-CONFEA;
- 8.4.17. Resolução ANEEL nº. 414/2010 – Estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica de forma atualizada e consolidada.
- 8.4.18. Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DO CONTRATO**

- 9.1. A garantia do contrato **consta no item 16 do Termo de Referência (0058024856)**.
- 9.2. **Para assegurar a fiel execução dos compromissos ajustados, a Contratada deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em até 10 (dez) dias úteis após o envio da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, que será enviada pela Gestão de contratos-NGESC para conhecimento e formalização do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021: Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; Seguro-garantia; ou Fiança bancária;**
- 9.3. **Na situação em que o contratada registrou desconto acima de 15% deverá prestar garantia A MAIS correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em até 10 (dez) dias úteis após o envio da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, que será enviada pela Gestão de contratos-NGESC para conhecimento e formalização do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021: Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; Seguro-garantia; ou Fiança bancária;**
- 9.4. Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado em conta corrente específica indicada pelo Contratante para tal fim;
- 9.5. Se a opção de garantia recair em título da dívida pública, este deve ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 9.6. A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado pelo Brasil, para ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho/RO;
- 9.7. Se a opção de garantia se fizer em seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do contrato;
- 9.8. No caso de posterior alteração ou reajuste no valor do contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação expedida pela Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESEDEC/RO;
- 9.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada;
- 9.10. Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, a Administração notificará a Contratada, para que a substitua no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação;
- 9.11. Se a Contratada desatender qualquer dos prazos acima referidos incorrerá na multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados a Administração, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia de prazo. Nesse caso, será indicado novo prazo à Contratada, o qual, se descumprindo,

acarretará a aplicação da penalidade acima referida;

9.12. A garantia e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais, pela entrega incompleta da manutenção ou dos serviços e por eventuais multas ou penalidades, independentemente de outras cominações legais;

9.13. Uma vez aplicada a multa à Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a Administração poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido;

9.14. Após o recebimento definitivo da manutenção ou dos serviços a garantia prestada será liberada ou restituída à Contratada, de acordo com a forma de prestação:

9.14.1. O valor da caução feita em dinheiro será atualizado monetariamente e restituído mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorrente da execução do contrato;

9.14.2. Os documentos que constituem o seguro-garantia e/ou a fiança bancária serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados;

9.14.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do Art. 137 da Lei nº 14.133 de 2021.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR

10.1. O valor total desta contratação é de **R\$ XXXXXXXXX**, correspondente a proposta da Contratada (XXXXXX), e à Declaração de Adequação Financeira (XXXXXX), a servir de lastro, para efetuar o pagamento dos serviços referidos na cláusula primeira, tudo depois de recebido e aprovado pela Contratante.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas com a execução do objeto deste contrato correrão à conta do seguinte crédito orçamentário, conforme Declaração de Adequação Financeira (XXXXXX), estão inseridos no orçamento através da seguinte programação:

a) Programa de atividade: XXXXXXXXX

b) Elemento de despesa: XXXXXXXXX

c) Fonte: XXXXXXXX

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização contratual **constam no item 21 do Termo de Referência (0058024856)**.

12.2. O Gestor e Fiscais de Contrato, serão nomeados e atuarão conforme disposto no § 3º art. 8, art. 117 da 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022;

12.3. Os fiscais técnicos de contratos, deverão ser profissionais técnicos habilitados com registro no CREA/RO ou CAU/RO;

12.4. A SESDEC e os órgãos partícipes, designarão representantes para acompanhar e fiscalizar o recebimento dos serviços desta contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.5. A Fiscalização do CONTRATANTE, compete acessar as ocorrências registradas, registrar as observações necessárias, emitir pareceres, determinar providências, autorizar serviços, além de outros registros relativos a execução dos serviços.

12.6. As decisões e providências que ultrapassem a sua competência, deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

12.7. Em caso dos serviços não estarem em conformidade com as especificações do Contrato, a fiscalização discriminará por meio de relatório as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a empresa contratada, com o recebimento do relatório, cientificado das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis, caberá a empresa contratada sanar as falhas apontadas, submetendo posteriormente o objeto rejeitado à nova verificação da fiscalização;

12.8. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

12.9. A fiscalização será exercida no interesse da Administração, não excluindo e nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implicará corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

12.10. O fiscal do Contrato, será designado formalmente pela Contratante e será auxiliado por Comissão de Acompanhamento formalmente designada, admitindo-se, ainda, a designação de outros servidores do quadro de pessoal do Contratante e a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, na forma do § 3º art. 8 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Por parte da Contratada, deverá ser nomeado responsável técnico / representante / preposto, aceito pela Administração, para atuar no local dos serviços e em escritório da empresa para representá-la na execução do contrato.

12.12. A fiscalização será realizada por corpo técnico da SESDEC, dos Órgãos partícipes e/ou SEOSP, e efetuará a medição dos serviços realizados naquele período, considerando a previsão do Cronograma Físico-Financeiro.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA HABILITAÇÃO

13.1. A habilitação consta no item 22 do Termo de Referência (0058024856)

13.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedor – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

13.4. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 21.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.4.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

13.4.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.5. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

13.6. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.7. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.8. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

13.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

13.11. A prorrogação do prazo previsto no subitem 21.9 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.12. **Habilitação Jurídica (Artigo 62, Lei Federal nº 14.133/2021)**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará



condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.476/2023;

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução [Normativa RFB nº 971, de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#);

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

i) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva;

13.13. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista (Artigo 68 Lei Federal 14.133/2021):**

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

13.14. **Qualificação Econômico-Financeira (Artigo 69 Lei Federal 14.133/2021):**

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

b) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, ou o Balanço de Abertura caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de **5% (por cento)** do valor estimado do item/ lote que o licitante estiver participando.

**b.1 No caso do licitante classificado em mais de um lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;**

b.2 Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotes em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

b.4 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

13.14.1. As regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

13.15. **Habilitação Técnico - Operacional e Profissional (Artigo 67 Lei Federal nº 14.133/2021):**

13.16. **Habilitação Técnico-Operacional**

13.17. A Empresa deverá estar registrada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência;

13.18. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, **em nome do licitante** e comprovado por acervo técnico junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) comprovando o desempenho da licitante em fornecimento de materiais/produtos/serviços pertinentes e compatíveis em CARACTERÍSTICAS e QUANTIDADE do metro quadrado dos prédios da SESDEC e Forças Integrantes contidas em quaisquer dos lotes.

13.19. **Entende-se por pertinente e compatível em características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante prestou/forneceu os serviços condizentes com o objeto desta licitação.

13.20. Características: execução de prestação de serviços de engenharia para manutenções prediais preventivas e corretivas dos serviços integrados às instalações prediais e que estes abranjam, entre outros, os serviços de:

13.21. Execução de obra, reforma ou manutenção predial de edificações em alvenaria;

13.22. Execução de obra de instalações elétricas em baixa tensão para fins residenciais e comerciais;

Regiões 1, 2 e 3					
Lote	Nº de Prédios	Estimativa de Área Construída m² por Prédio	Estimativa Total da Área m²	Percentual Para Habilitação	TOTAL em M² para habilitação
1, 2 e 3	275	507,96 m²	139.690,03 m²	10%	13.969,00 m²

13.23. Em edificações que somem áreas construídas superiores a 200m², em contrato singular ou em contratos concomitantes que, isoladamente ou em conjunto, representem a administração de equipes com, no mínimo, 6 (seis) postos de trabalho;

13.24. Nos contratos concomitantes esses não poderão representar a realização de serviços em edificações com áreas construídas menores que 200m²

13.25. **Habilitação Técnica-Profissional**

13.26. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta e posteriormente na assinatura do contrato, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido por entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação;

13.27. A comprovação de que o(s) responsável(eis) técnico(s) que responderão pela execução do objeto, pertence(m) ao quadro da empresa, deverá ser comprovada através de uma das seguintes formas:

13.28. 1. Carteira de Trabalho;

- 13.29. 2. Certidão do CREA/CAU;
- 13.30. 3. Contrato Social;
- 13.31. 4. Contrato de prestação de serviços;
- 13.32. 5. Contrato de Trabalho registrado na DRT;
- 13.33. 6. Termo através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.
- 13.34. **Atestado de Capacidade Técnico-Profissional (Engenheiro Civil ou Arquiteto):** Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta e posteriormente na assinatura do contrato, profissional de nível superior com habilitação técnica na área de construção civil, devidamente registrado no CREA ou CAU, que comprove a responsabilidade pelas funções correlacionadas e compatíveis com a prestação de serviços a serem contratados, observando as seguintes condições:
- 13.35. Capacidade Técnico-profissional: será comprovado por acervo técnico de execução, coordenação ou supervisão de serviço continuado de manutenção predial em edificações que somas áreas construídas superiores a 4% do metro quadrado dos prédios da SESDEC e Forças Integrantes contidas no lote de maior relevância - Região I - PORTO VELHO/GUJARÁ MIRIM/ARIQUEMES ADJACENTES E DISTRITOS, em contratos diversos, incluindo:
- 13.36. Execução de obra, reforma ou manutenção predial de edificações em alvenaria;

Regiões 1, 2 e 3					
Lote	Nº de Prédios	Estimativa de Área Construída m² por Prédio	Estimativa Total da Área m²	Percentual Para Habilitação	TOTAL em M² para habilitação
1, 2 e 3	275	507,96 m²	139.690,03 m²	5%	6.984,50 m²

- 13.37. **Atestado de Capacidade Técnico-Profissional (engenheiro eletricista):** Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior com a habilitação na área de engenharia elétrica, devidamente registrado no CREA, que comprove a responsabilidade pelas funções correlacionadas e compatíveis com a prestação de serviços a serem contratados, observando as seguintes condições:
- 13.38. Capacidade técnico-profissional: será comprovado por acervo técnico de execução elétrica em edificações, que somas áreas construídas superiores a 4% do metro quadrado dos prédios da SESDEC e Forças Integrantes contidas no lote de maior relevância - Região I - PORTO VELHO/GUJARÁ MIRIM/ARIQUEMES ADJACENTES E DISTRITOS, em contratos diversos, incluindo:
- 13.39. Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão;

Regiões 1, 2 e 3					
Lote	Nº de Prédios	Estimativa de Área Construída m² por Prédio	Estimativa Total da Área m²	Percentual Para Habilitação	TOTAL em M² para habilitação
1, 2 e 3	275	507,96 m²	139.690,03 m²	5%	6.984,50 m²

- 13.40. **OUTRAS DECLARAÇÕES**
- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- c) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- d) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#); (ME E EPP)
- e) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.41. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MEMÓRIA DE CÁLCULO/QUANTIDADE DO OBJETO/COMPOSIÇÃO DOS LOTES**

- 14.0.1. A memória de cálculo, quantidade do objeto e composição dos lotes **constam no item 6 do Termo de Referência (0058024856)**.
- 14.0.2. Os serviços poderão ser executados ao longo do estado de Rondônia (Capital, interior do Estado e respectivos Distritos), conforme a indicação da administração pública;
- 14.0.3. Composição dos lotes está em conformidade com a Lei Complementar Nº 414/2007 do Estado de Rondônia, e foi aglutinado para melhor gestão de contrato futuros. O contrato deverá atender as edificações nos municípios e seus respectivos distritos que podem não está contidos no quadro de composição dos lotes.

TABELA 1 - MUNICÍPIOS/DISTRITOS POR REGIÃO		
REGIÃO	REGIONAL	MUNICIPIOS/DISTRITOS
01	PORTO VELHO/GUAJARÁ MIRIM/ ARIQUEMES	Porto Velho, Candeias do Jamari, Distrito de Triunfo, Itapua d'Oeste, Nova Conquista, Distrito de São Carlos, Nova Califórnia, Distrito de Jaci Paraná, Abunã, Vista Alegre do Abunã, Distrito Nova Mutum, Distrito Nova Mutum Paraná, Distrito de Nazaré, Cujubim Grande, Distrito de Calama, Distrito de União Bandeirantes, Distrito de Extrema, Bom futuro. Gujará-Mirim, Nova Mamoré, Nova Dimensão. Ariquemmes, Alto Paraíso, Buritis, Cacaulândia, Rio Pardo, Jacinopolis, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Monte Negro, Rio Crespo.
02	JARU/OURO PRETO D'OESTE/JI PARANÁ/ SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	Jaru, Governador Jorge Teixeira, Colina Verde, Theobroma, Vale do Anari, Machadinho D'Oeste, 5º BEC, Tarilândia e Bom Futuro. Ouro Preto D'Oeste, Rondominas, Mirante da Serra, Nova União, Vale do Paraíso. Ji-Paraná, Nova Colina, Nova Londrina, Alvorada D'Oeste, Teixeiraópolis, Presidente Médici, Estrela de Rondônia, Novo Riachuelo, Urupá. São Francisco do Guaporé, Costa Marques, Distrito de São Domingos do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras.

03	CACOAL/VILHENA/ROLIM DE MOURA	Cacoal, Riozinho, Ministro Andreazza, Espigão D'Oeste, Boa Vista do Pacarana, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, São Felipe D'Oeste, Parecis. Vilhena, Chupinguaia, Novo Plano, Boa Esperança, Colorado D'Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Pimenteiras e Corumbiara. Rolim de Moura, Nova Estrela, Novo Horizonte do Oeste, Santa Luzia D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Nova Brasilândia D'Oeste, Castanheiras, Alta Floresta D'Oeste, Novo Horizonte, Migrantinópolis, Santana do Guaporé.
----	-------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

14.0.4. As manutenções prediais poderão ocorrer em edificações que não estão contidas Rol de imóveis do ANEXO I. A Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania poderá realizar em quaisquer imóveis das forças integrantes de segurança (Polícia Militar, Corpo de Bombeiro Militar, Polícia Civil e Superintendência Polícia Técnico-Científica).

14.1. Na sequência foi realizada a média de entre os valores pagos e as instalações atendidas no ano de 2024:

TABELA 2 - Média de gastos em relação as instalações atendidas em 2024 agrupadas por região (Tabela 1)			
Região	Valores Pagos em 2024 (a)	Instalações atendidos em 2024 (b)	Média - Entre valores pagos e instalações atendidas (c = a/b)
Região 01	R\$ 1.934.684,15	5	R\$ 386.936,83
Região 02	R\$ 2.838.386,35	10	R\$ 283.838,64
Região 03	R\$ 237.701,17	1	R\$ 237.701,17
TOTAL	R\$ 5.010.771,67	16	R\$ 313.173,23

14.2. Para melhor mensuração das demandas reprimidas, foi realizado o levantamento das instalações que ainda necessitam de manutenção predial, seguindo a divisão de regiões apresentadas na Tabela 1:

TABELA 3 - Quantidade TOTAL de prédios que necessitam de Manutenção Predial por região (Tabela 1)		
Região	Instalações	Percentual
Região 01	119	43,27%
Região 02	71	25,82%
Região 03	85	30,90%
TOTAL	275	100%

14.3. Cálculo da média de unidades.

TABELA 4 - Distribuição dos valores previstos na LOA 2025 pelo percentual que necessitam de Manutenção Predial por região (Tabela 1)		
Região	Percentual	LOA 2025
Região 01	43,27%	R\$ 3.499.481,59
Região 02	25,82%	R\$ 2.088.204,64
Região 03	30,90%	R\$ 2.499.052,03
TOTAL	100%	R\$ 8.086.738,26

14.4. Projeção estimativa da quantidade instalações que poderão ser atendidas:

TABELA 5 - Projeção estimativa da quantidade de instalações a serem atendidas com o orçamento disponível na LOA 2025 por região (Tabela 1)				
Região	LOA 2025	LOA Média por Região	LOA Média Total	Média
Região 01	R\$ 3.499.481,59	9	11	10
Região 02	R\$ 2.088.204,64	7	7	7
Região 03	R\$ 2.499.052,03	11	8	9
TOTAL	R\$ 8.086.738,26	27	26	26

14.5. Ao longo de 1 (um) ano, 4 (quatro) fiscais acompanharam uma média de 15 (quinze) Manutenções Prediais por mês, conforme Tabela 6:

TABELA 6 - QUANTIDADE DE DE MANUTENÇÃO PREDIAL POR FISCAIS NO DECORRER DO ANO DE 2024													
SERVIDORES	PORTARIA F1	PORTARIA 3R	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
LEONAM	Id. 0049398924	Id. 0049400181	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
GABRIEL	Id. 0038832536	Id. 0038832598	4	4	4	4	-	-	-	-	-	-	-
DANILO	Id. 0049398924	Id. 0049400181	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
GÉSSICA	Id. 0038832536	Id. 0038832598	4	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-
MATHEUS	Id. 0049398924	Id. 0049400181	-	-	-	4	4	4	4	4	4	4	4
ADAMS	Id. 0049398924	Id. 0049400181	-	-	-	-	4	4	4	4	4	4	4
QUANTIDADE DE FISCAIS			4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
QUANTIDADE DE INSTALAÇÕES			15	15	14	15	15	15	15	15	15	15	15

14.5.1. Considerando que 4 (quatro) fiscais continuarão atuando, bem como que haverá fiscais das Forças Integrantes de Segurança (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Superintendência da Polícia Técnico Científico - POLITEC), sendo pelo menos 2 (dois) fiscais de cada instituição. Com isso, a previsão é de atender 26 instalações, conforme previsto na Tabela 5.

14.5.2. Dessa forma teríamos 12 (doze) fiscais para comporem a(s) equipe(s), o que possibilitaria, caso necessário, o atendimento de 48 (quarenta e oito) instalações

fiscalizadas, sobrepondo a estimativa de 26 (vinte e seis) unidades.

14.6. Com isso, os valores do futuro Registro de Preço por lote compreende-se da seguinte forma:

LOTE	REGIONAL	SUBTOTAL
01	PORTO VELHO/GUAJARÁ MIRIM/ ARIQUEMES	R\$ 3.446.239,96
02	JARU/OURO PRETO D'OESTE/JI PARANÁ/ SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	R\$ 2.251.172,88
03	CACOAL/VILHENA/ROLIM DE MOURA	R\$ 2.390.134,16
TOTAL		R\$ 8.087.547,00

14.6.1. Ressalta-se que o valor total do futuro Registro de Preço já inclui os 28,70 de BDI, conforme preconizado pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

14.7. Da Composição dos Lotes

14.7.1. Os serviços poderão ser executados ao longo do estado de Rondônia (Capital, interior do Estado e respectivos Distritos), conforme a indicação da administração pública;

14.7.2. Composição dos lotes está em conformidade com a Lei Complementar N° 414/2007 do Estado de Rondônia, e foi aglutinado para melhor gestão de contrato futuros. O contrato deverá atender as edificações nos municípios e seus respectivos distritos que podem não está contidos no quadro de composição dos lotes.

LOTE	REGIONAL	MUNICIPIOS/DISTRITOS
01	PORTO VELHO/GUAJARÁ MIRIM/ ARIQUEMES	Porto Velho, Candeias do Jamari, Distrito de Triunfo, Itapuã d'Oeste, Nova Conquista, Distrito de São Carlos, Nova Califórnia, Distrito de Jaci Paraná, Abunã, Vista Alegre do Abunã, Distrito Nova Mutum, Distrito Nova Mutum Paraná, Distrito de Nazaré, Cujubim Grande, Distrito de Calama, Distrito de União Bandeirantes, Distrito de Extrema, Bom futuro.  Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Nova Dimensão.  Ariquemes, Alto Paraíso, Buritis, Cacaulândia, Rio Pardo, Jacinópolis, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Monte Negro, Rio Crespo.
02	JARU/OURO PRETO D'OESTE/JI PARANÁ/ SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	Jaru, Governador Jorge Teixeira, Colina Verde, Theobroma, Vale do Anari, Machadinho D'Oeste, 5° BEC, Tarilândia e Bom Futuro.  Ouro Preto D'Oeste, Rondominas, Mirante da Serra, Nova União, Vale do Paraíso.  Ji-Paraná, Nova Colina, Nova Londrina, Alvorada D'Oeste, Teixeirópolis, Presidente Médici, Estrela de Rondônia, Novo Riachuelo, Urupá.  São Francisco do Guaporé, Costa Marques, Distrito de São Domingos do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras.
03	CACOAL/VILHENA/ROLIM DE MOURA	Cacoal, Riozinho, Ministro Andreazza, Espigão D'Oeste, Boa Vista do Pacarana, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, São Felipe D'Oeste, Parecis.  Vilhena, Chupinguaia, Novo Plano, Boa Esperança, Colorado D'Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Pimenteiras e Corumbiara.  Rolim de Moura, Nova Estrela, Novo Horizonte do Oeste, Santa Luzia D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Nova Brasilândia D'Oeste, Castanheiras, Alta Floresta D'Oeste, Novo Horizonte, Migrantinópolis, Santana do Guaporé.

14.7.3. As manutenções prediais poderão ocorrer em edificações que não estão contidas Rol de imóveis do ANEXO I. A Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania poderá realizar em quaisquer imóveis das forças integrantes de segurança (Polícia Militar, Corpo de Bombeiro Militar, Polícia Civil e Superintendência Polícia Técnico-Científica).

14.8. Da quantidade mínima a ser cotada, em atenção ao II do art. 82 da Lei 14.133/2021:

14.8.1. Fica estabelecido o quantitativo mínimo de 4% (quatro) do valor total da ata registrada de manutenção predial do item 6.

14.9. Da possibilidade de prever preços diferentes, em atenção ao III do art. 82 da 14.133/2021:

14.9.1. Para as instalações localizadas no baixo madeira, onde existe a necessidade de transporte hidroviário a Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania e os órgãos partícipes irão ressarcir o custo do transporte de materiais, neste caso, ser obedecido o procedimento a seguir:

- a) Antes da aquisição ou serviço, a proponente deverá apresentar ao CONTRATANTE, uma planilha ou documento identificando o serviço a ser realizado ou peça para aquisição;
- b) A planilha/documento deve conter no mínimo, **03 (três) cotações** obtidas junto aos fornecedores para que o CONTRATANTE justifique a escolha por critérios de economicidade e terá aprovação prévia do fiscal técnico. Será levada em conta a cotação mínima de mercado e as qualidades técnicas do produto.
- c) Caso o Contratante discorde do menor preço obtido pela Contratada, realizará uma pesquisa no mercado em busca de preços menores para os mesmos itens. Encontrando, dará conhecimento à Contratada para que a mesma forneça, de imediato, e pelo menor preço encontrado pelo fiscal, os materiais, peças, componentes e equipamentos necessários.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PAGAMENTO

15.1. Os critérios de pagamento encontram-se definidos no **item 20 do Termo de Referência (0058024856)**.

15.2. O pagamento será efetuado de forma mensal em até 30 (trinta) dias consecutivos mediante a apresentação de ÚNICA Nota Fiscal Eletrônica pela contratada em 02 (duas) vias (ou outra, com descrição detalhada de todos os itens faturados, desde que atenda a legislação tributária vigente), devendo conter no corpo da nota fiscal, a descrição do objeto, o número do contrato ou Nota de Empenho, e os dados bancários da CONTRATADA (n° banco, n° agência e n° da conta corrente, somente no caso destes não corresponderem ao informado na licitação e contrato), depois de medidos e aceitos pela fiscalização da SESDEC, que atestará sua execução em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro correspondente, mediante apresentação de provas de recolhimento previdenciários e fiscais, a que estiver sujeita a Contratada e comprovada a identificação da **MANUTENÇÃO PREDIAL**, sendo estes últimos analisados pela Coordenadoria Administrativa e Financeira-CAF.

15.3. O processamento do pagamento realizar-se-á conforme abaixo:

15.3.1. Para liberação do pagamento dos serviços realizados, deverão ser apresentados ainda os seguintes documentos, preferencialmente em arquivo digital, se existentes ou necessários.

15.4. Na primeira medição:

- 15.4.1. Solicitação da 1ª Medição;
- 15.4.2. ART de Execução;
- 15.4.3. Diário de Manutenção Predial da 1ª medição;
- 15.4.4. Relatório PGR (ass. pelo Engenheiro do Trabalho);
- 15.4.5. Relatório PCMSO (ass. pelo Médico do Trabalho);
- 15.4.6. Croqui da Unidade (ass. por Profissional Habilitado);

15.4.7. Guias de Recolhimento do FGTS (GFIP) e INSS (GPS) quitadas e informação à Previdência Social com comprovante de entrega; (Portaria TCU nº 120/2014; BTU nº 15/2014; Lei 8.036/1990; e Decreto 99.684/1990);

15.4.8. Comprobatórios do recolhimento do FGTS e da contribuição social previdenciária (INSS); (arts. 10 e 11 da Portaria-TCU nº 297/2012 e art. 64 da Portaria-TCU nº 444/2018);

15.4.9. Relação de Empregados - RE (do SEFIP) completa com salário dos empregados, acompanhada dos seguintes relatórios: Analítico GRF (Composição do valor do FGTS); Analítico PS (Composição do valor do INSS); Comprovante de Declaração à Previdência (Fatos Geradores); Protocolo de Envio do Arquivo SEFIP à Previdência Social (protocolo de entrega das informações à Previdência); (art. 64 da Portaria-TCU nº 444/2018);

15.4.10. Comprovação de pagamento de salários, inclusive férias e 13º salário, quando cabível, de vale-transporte e de vale-alimentação; (art. 13 da Portaria-TCU nº 297/2012 e art. 64 da Portaria TCU nº 444/2018);

15.4.11. Certidão Negativa da Receita Federal;

15.4.12. Certidão da Dívida Ativa da União;

15.4.13. Certidão Negativa Municipal;

15.4.14. Certidão de Regularidade do FGTS;

15.4.15. Certidão Negativa da Fazenda Estadual;

15.4.16. Certidão Negativa de Débitos Fiscais Trabalhistas - CNDT;

15.4.17. Guia de Recolhimento e Comprovante de Pagamento do ISS da Prefeitura Local;

15.4.18. Nota Fiscal com referência ao número da medição e/ou etapa da **MANUTENÇÃO PREDIAL**. (art. 63 da Lei 4320/64).

**15.5. A partir da segunda medição:**

15.5.1. Requerimento da 2ª Medição;

15.5.2. Diário de Manutenção Predial da 2ª medição;

15.5.3. Guias de Recolhimento do FGTS (GFIP) e INSS (GPS) quitadas e informação à Previdência Social com comprovante de entrega; (Portaria TCU nº 120/2014; BTU nº 15/2014; Lei 8.036/1990; e Decreto 99.684/1990);

15.5.4. Comprobatórios do recolhimento do FGTS e da contribuição social previdenciária (INSS); (arts. 10 e 11 da Portaria-TCU nº 297/2012 e art. 64 da Portaria-TCU nº 444/2018);

15.5.5. Relação de Empregados - RE (do SEFIP) completa com salário dos empregados, acompanhada dos seguintes relatórios: Analítico GRF (Composição do valor do FGTS); Analítico PS (Composição do valor do INSS); Comprovante de Declaração à Previdência (Fatos Geradores); Protocolo de Envio do Arquivo SEFIP à Previdência Social (protocolo de entrega das informações à Previdência); (art. 64 da Portaria-TCU nº 444/2018);

15.5.6. Comprovação de pagamento de salários, inclusive férias e 13º salário, quando cabível, de vale-transporte e de vale-alimentação; (art. 13 da Portaria-TCU nº 297/2012 e art. 64 da Portaria TCU nº 444/2018);

15.5.7. Certidão negativa da Receita Federal;

15.5.8. Certidão da Dívida Ativa da União;

15.5.9. Certidão negativa municipal;

15.5.10. Certidão de Regularidade do FGTS;

15.5.11. Certidão negativa da Fazenda Estadual;

15.5.12. Certidão Negativa de Débitos Fiscais Trabalhistas - CNDT;

15.5.13. Guia de Recolhimento e Comprovante de Pagamento do ISS da Prefeitura local;

15.5.14. Nota Fiscal com referência ao número da medição e/ou etapa da **MANUTENÇÃO PREDIAL**. (art. 63 da Lei 4320/64).

**15.6. Última medição:**

15.6.1. Requerimento da última medição;

15.6.2. Diário de Manutenção Predial da última medição;

15.6.3. Guias de Recolhimento do FGTS (GFIP) e INSS (GPS) quitadas e informação à Previdência Social com comprovante de entrega; (Portaria TCU nº 120/2014; BTU nº 15/2014; Lei 8.036/1990; e Decreto 99.684/1990);

15.6.4. Comprobatórios do recolhimento do FGTS e da contribuição social previdenciária (INSS); (arts. 10 e 11 da Portaria-TCU nº 297/2012 e art. 64 da Portaria-TCU nº 444/2018);

15.6.5. Relação de Empregados - RE (do SEFIP) completa com salário dos empregados, acompanhada dos seguintes relatórios: Analítico GRF (Composição do valor do FGTS); Analítico PS (Composição do valor do INSS); Comprovante de Declaração à Previdência (Fatos Geradores); Protocolo de Envio do Arquivo SEFIP à Previdência Social (protocolo de entrega das informações à Previdência); (art. 64 da Portaria-TCU nº 444/2018);

15.6.6. Comprovação de pagamento de salários, inclusive férias e 13º salário, quando cabível, de vale-transporte e de vale-alimentação; (art. 13 da Portaria-TCU nº 297/2012 e art. 64 da Portaria TCU nº 444/2018);

15.6.7. Certidão negativa da Receita Federal;

15.6.8. Certidão da Dívida Ativa da União;

15.6.9. Certidão negativa municipal;

15.6.10. Certidão de Regularidade do FGTS;

15.6.11. Certidão negativa da Fazenda Estadual;

15.6.12. Certidão Negativa de Débitos Fiscais Trabalhistas - CNDT;

15.6.13. Guia de Recolhimento e Comprovante de Pagamento do ISS da Prefeitura local;

15.6.14. Nota Fiscal com referência ao número da medição e/ou etapa da **MANUTENÇÃO PREDIAL**. (art. 63 da Lei 4320/64).

15.6.15. **Relatório Final de Execução de Serviços – RFES**, demonstrando o estado da **MANUTENÇÃO PREDIAL** e serviços executados com legendas, datado de acordo com o período da medição, assinado pelo Responsável Técnico da empresa, compatíveis com os serviços que compõem a medição;

15.7. A empresa Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta; em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei Federal Nº 14.133/21 e Acórdão 0964-14/12-P, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, TCU;

15.8. Para proceder ao ateste da Nota Fiscal Coordenadoria de Administração e Finanças – CAF realizará consulta ao SICAF para conferência da Regularidade Fiscal e Trabalhista da Contratada;

15.9. A existência de multas pendentes de pagamento pela Contratada quando da liquidação da fatura ensejará a compensação de valores, com a cobrança ou o repasse do remanescente, a depender do caso;

15.10. No momento do pagamento, serão efetuados a retenção e recolhimento de tributos e contribuições previstas na legislação aplicável;

15.11. Nos casos de isenção, a empresa deverá enviar junto da nota fiscal a declaração de isenção do tributo e a comprovação;

15.12. A liquidação e processamento da despesa correspondente ao valor efetivamente apurado e conferido pelos fiscais e comissão de recebimento do contrato, deduzindo as glosas e sanções aplicadas que porventura tenham sido verificadas, será efetuada pela Coordenadoria Administrativa e Financeira - CAF da SESDEC, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da documentação, quando encaminhará os documentos para análise da Controladoria Geral do Estado ou Controle Interno, conforme o caso;

- 15.13. O órgão de controle, deve efetuar a análise e emitir parecer no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento dos autos, devolvendo-os para fins de inclusão na ordem cronológica de pagamento caso não haja apontamentos;
- 15.14. Havendo apontamentos, será incluído para pagamento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do retorno dos autos, devidamente regularizados;
- 15.15. O pagamento da Nota Fiscal correspondente ao valor definitivo processado pela Administração se dará através da Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN ou setor equivalente competente, mediante emissão de Ordem Bancária, obedecendo a ordem cronológica estabelecida, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela (verificação de conformidade da documentação), obedecendo o inciso IV § 2º Art. 137 da 14.133/2021 ;
- 15.16. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo;
- 15.17. Caso se constate erro ou irregularidade de parcela pequena na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida;
- 15.18. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais;
- 15.19. Nenhum pagamento controverso será efetuado, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajuste de preços ou correção monetária;
- 15.20. Na hipótese das notas fiscais apresentados conterem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas. Neste caso restabelecem-se os prazos acima elencados contado a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o pagamento, conforme a fase processual correspondente;
- 15.21. A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;
- 15.22. **A Nota Fiscal deverá ser emitida observando-se os dados da CONTRATANTE, tais como Nome e CNPJ.**
- 15.23. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 15.24. O pagamento efetuado à CONTRATADA não a isentará de suas responsabilidades vinculadas, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia do serviço e das peças de reposição, caso seja necessário a troca.
- 15.25. A ADMINISTRAÇÃO, efetuará retenção na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA, conforme o caso e exigências legais aplicáveis.
- 15.26. A contratada fica obrigada a cumprir plenamente o previsto no **Art. 121, da Lei Federal Nº 14.133/21;**
- 15.27. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100) 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira;}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual;}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios;}$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;}$$

$$VP = \text{Valor da parcela em atraso.}$$

- 15.28. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.
- 15.29. A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.
- 15.30. O prazo para pagamento da Nota Fiscal só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.
- 15.31. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 15.32. Diante da conferência, a Nota Fiscal deverá ser atestada pela Comissão designada, conforme disposto no § 3º art. 8, art. 117 da 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022
- 15.33. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.
- 15.34. Em hipótese alguma, será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS MEDIÇÕES**

- 16.1. As medições **consta no item 18 do Termo de Referência (0058024856).**
- 16.2. Se os serviços de manutenção predial finalizarem em até 30 (trinta) dias, a medição será única para fins de recebimento e pagamento.
- 16.3. Se os serviços de manutenção predial finalizarem em mais de 30 (trinta) dias, acontecerá mais de uma medição conforme cronograma físico financeiro elaborado pela empresa e aprovado pelo Fiscal do Contrato e um servidor desta SESDEC.
- 16.4. As medições poderão ocorrer da seguinte forma, por exemplo:
- até 30 dias de serviço: medição única;
  - 45 dias de serviço: 1º medição - 30 dias / 2º medição - 15 dias;
  - 60 dias de serviço: 1º medição - 30 dias / 2º medição - 30 dias;
  - 75 dias de serviço: 1ª medição - 30 dias / 2ª medição - 30 dias / 3ª medição - 15 dias;
  - 90 dias de serviço: 1ª medição - 30 dias / 2ª medição - 30 dias / 3ª medição - 30 dias;
- 16.4.1. Os moldes de medição acima são exemplificativos, a contratante poderá ajustar as medições conforme cronograma físico financeiro aprovado e com anuência da empresa.
- 16.4.2. Para os efeitos de prazo os dias descritos nos item 17.3 serão dias corridos.
- 16.5. Deverá a contratada enviar um ofício solicitando a realização da medição. A contratante agendará a fiscalização e no local deverá estar presente um representante da Contratada, Fiscal do Contrato e um servidor desta SESDEC.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 17.1. As Obrigações da Contratada **constam no item 23.2 do Termo de Referência (0058024856).**
- 17.1.1. Recebida a Nota de Empenho e assinado o Contrato ou documento equivalente, a licitante vencedora do certame, doravante denominada Contratada, além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras cláusulas e condições do Contrato ou documento equivalente, e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se a:
- 17.1.2. Empresa deverá no momento da assinatura do contrato informar um e-mail e contato oficial, para as comunicações, bem como visualizar o e-mail todos os dias;

- 17.1.3. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 17.1.4. Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do Contratante;
- 17.1.5. Participar, por meio de seu Responsável Técnico e dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais com a Contratante;
- 17.1.6. Providenciar, no prazo estabelecido em cláusulas específicas, a Garantia Contratual;
- 17.1.7. Indicar, até a data de início da execução dos serviços, um preposto que fará permanente contato com o fiscal/gestor do contrato através do qual receberá e transmitirá aos empregados as necessárias instruções, visando a perfeita execução do objeto contratual;
- 17.1.8. Reunir-se periodicamente com a Fiscalização do contrato para apresentar o andamento dos serviços de manutenção predial e discutir possíveis alterações, sob pena de aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual;
- 17.1.9. Observar as leis, regulamentos e posturas exigidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU, Conselho Regional dos Técnicos Industriais - CRT e/ou pela Administração Regional local;
- 17.1.10. Verificar e comparar todos os desenhos fornecidos para execução dos serviços. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular comunicação escrita ao Contratante, buscando o imediato encaminhamento do assunto, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços;
- 17.1.11. Verificar a compatibilização dos projetos, procedendo a análise detalhada dos mesmos, oportunidade em que poderá observar interferências entre eles. Quaisquer incompatibilidades deverão ser comunicadas ao Contratante, bem como sanadas de maneira a não comprometer o cronograma dos serviços;
- 17.1.12. Apresentar, a critério do Contratante, os desenhos de fabricação das peças ou elementos (estrutura metálica, revestimentos, esquadrias, painéis e etc.) para verificação e aprovação prévia pela Fiscalização, para liberar a fabricação dos mesmos;
- 17.1.13. Todo e qualquer custo necessário para a realização dos levantamentos patológicos são de inteira responsabilidade da Contratada;
- 17.1.14. **Garantir a solidez e segurança da edificação, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 618 do Código Civil;**
- 17.1.15. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas e pelos materiais e equipamentos fornecidos;
- 17.1.16. Realizar às suas expensas todos os testes e ensaios de materiais, equipamentos, serviços e demais itens da **MANUTENÇÃO PREDIAL**/serviço em obediência às normas da ABNT e outros que forem julgados necessários pela Fiscalização em função da constatação de má qualidade ou técnica deficiente, em laboratório idôneo e de reconhecida capacidade técnica, em tempo oportuno a fim de se evitar atrasos na execução do Contrato;
- 17.1.17. A CONTRATADA se obrigará a verificar e ensaiar os elementos do serviço de manutenção predial onde for realizado processo de impermeabilização, a fim de garantir a adequada execução da mesma;
- 17.1.18. Fornecer amostras e catálogos técnicos dos materiais e equipamentos especificados, preferencialmente, em língua portuguesa;
- 17.1.19. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados;
- 17.1.20. Responsabilizar-se pela produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte;
- 17.1.21. Fornecer e manter no canteiro tudo que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada;
- 17.1.22. Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a Fiscalização;
- 17.1.23. Submeter à Fiscalização as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução, podendo ser danificadas no processo de verificação. As despesas decorrentes de tal providência correrão por conta da CONTRATADA;
- 17.1.24. Assumir as despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação de materiais, ferramentas e equipamentos referentes à execução do serviço de manutenção predial suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora do canteiro da **MANUTENÇÃO PREDIAL**;
- 17.1.25. Os materiais e equipamentos especificados estarão sempre sujeitos a exame de equivalência e de compatibilidade desde que este seja formalmente aprovado pelo Contratante;
- 17.1.26. Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional ao Contratante;
- 17.1.27. Desenvolver atividades em mais de um turno de serviços, seja durante os dias úteis, nos finais de semana ou nos feriados, sempre que se fizer necessário, com o propósito de manter, recuperar ou antecipar etapas do cronograma físico dos serviços, a fim de garantir o cumprimento do prazo total de execução estabelecido, sem ônus para o Contratante;
- 17.1.28. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao estado ou à contratante, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 17.1.29. Seguir o cronograma físico das etapas de execução dos serviços, devendo a CONTRATADA, sob a coordenação da Fiscalização e em conjunto com a Empreiteira responsável pelo serviço de manutenção predial como um todo, definir um plano de **MANUTENÇÃO PREDIAL** coerente com os critérios de segurança;
- 17.1.30. Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as formas, as medidas, os desenhos, realizando verificação “in loco” e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se;
- 17.1.31. Instalar e manter, sem ônus para o Contratante, no canteiro, um escritório e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte do Contratante;
- 17.1.32. Executar os serviços e instalações complementares necessários à execução da **MANUTENÇÃO PREDIAL**/serviço, tais como: placa da **MANUTENÇÃO PREDIAL**, sanitários, escritórios, tapumes, almoxarifado, depósito de materiais, montagens de torres e guinchos, vedação do terreno, guarita, central de formas, central de armaduras, refeitório, reservatório elevado, ligação provisória de energia, água e esgoto, entre outros;
- 17.1.33. Instalar e manter placas indicativas, de acordo com os modelos adotados pelo Contratante, que deverão ser afixadas em local apropriado, enquanto durar a execução dos serviços;
- 17.1.34. Recrutar profissionais habilitados e com conhecimentos específicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 17.1.35. Responsabilizar-se pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados, podendo o Contratante, motivadamente, exigir a retirada de qualquer pessoa do canteiro de **MANUTENÇÃO PREDIAL**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, cuja permanência naquele local seja considerada indesejável;
- 17.1.36. Promover a substituição do profissional que, a juízo do Contratante, não preencher as condições de idoneidade e/ou de capacidade técnico-profissional exigível para o bom desempenho de suas atividades;
- 17.1.37. Manter quadro de empregados regularizados quanto à legislação trabalhista, devendo apresentar mensalmente, ou quando solicitado pela Contratante, a lista de funcionários contratados comprovando seu vínculo e o cumprimento das obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas, arcando pela responsabilidade do não cumprimento dessas exigências em tempo hábil;
- 17.1.38. Responder por todos e quaisquer ônus suportados pelo CONTRATANTE, decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus profissionais, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos existentes deste contrato e de outros porventura existentes entre as partes e, inclusive da garantia contratual.
- 17.1.39. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 17.1.40. Elaborar o PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho) para estabelecimentos com 20 (vinte) ou mais trabalhadores, conforme exige a

NR18, além de tudo que couber e for pertinente as normas relativas a segurança do trabalho e normas pertinentes ao assunto, em especial as NR-08, NR-09 e NR-16 do Ministério do Trabalho;

- 17.1.41. Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse do Contratante em relação a serviços, projetos e atividades que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços;
- 17.1.42. Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado;
- 17.1.43. Após o término do serviço de manutenção predial, a CONTRATADA deverá providenciar as ligações definitivas de energia elétrica, telefone e quaisquer outras que se fizerem necessárias;
- 17.1.44. Entregar o local do serviço completamente limpo, devendo remover os entulhos resultantes de sua execução;
- 17.1.45. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, sem prévia anuência da Administração;
- 17.1.46. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração, nem poderá onerar o objeto deste contrato;
- 17.1.47. Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato da classe, a que seus empregados estejam filiados, sem ônus adicional ao Contratante;
- 17.1.48. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços contratados;
- 17.1.49. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar os empregados alocados na execução dos serviços;
- 17.1.50. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da presente contratação, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o Contratante proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- 17.1.51. Refazer os serviços não aceitos, sem ônus para o contratante, devido a desconformidade com as especificações deste, sem que disto resulte em atraso na execução do serviço. Reparar os problemas causados pelos seus funcionários ou equipamentos, caso venham a ocorrer;
- 17.1.52. Atender aos demais comunicados emitidos pela Fiscalização quanto ao cumprimento das cláusulas especificadas neste instrumento;
- 17.1.53. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante a vigência do contrato, em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, art. 92, XVI;
- 17.1.54. Alocar durante todo o período de execução dos serviços, de acordo com as horas previstas na planilha de custos, ao menos 1 (um) profissional habilitado (Ex: engenheiro civil, arquiteto e etc.) e, conforme indicação de responsável técnico;
- 17.1.55. Providenciar junto ao Conselho de Classe Profissional aplicável, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, Registro de Responsabilidade Técnica - RRT ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, referente à execução dos serviços solicitados, quando necessário tais documentos, de acordo com a legislação vigente;
- 17.1.56. Esta obrigação se estende às subcontratadas, sendo responsabilidade da Contratada obter e apresentar ao Contratante no prazo especificado;
- 17.1.57. Manter, no local do serviço, Livro "Diário de **MANUTENÇÃO PREDIAL**" e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), ou o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), conforme for aplicável;
- 17.1.58. Efetuar os registros de **MANUTENÇÃO PREDIAL** no Livro "Diário de **MANUTENÇÃO PREDIAL**", na forma indicada pela Fiscalização, que poderá ser eletrônica, informando diariamente: data, relação da quantidade de trabalhadores da Contratada e seus subcontratados por categoria profissional, condições climáticas e suas intercorrências nos trabalhos, relação dos serviços em andamento, manifestações diversas sobre a condução dos trabalhos;
- 17.1.59. O Livro "Diário de **MANUTENÇÃO PREDIAL**" será preenchido pelo Responsável Técnico da **MANUTENÇÃO PREDIAL** e posteriormente pela Fiscalização, e entregue juntamente com a Nota fiscal o conteúdo referente ao período de medição;
- 17.1.60. Emitir relatórios das atividades desenvolvidas, de cunho gerencial, onde constarão todas as informações pertinentes e/ou solicitadas pela equipe técnica do Contratante;
- 17.1.61. Providenciar, sem ônus para o Contratante e no interesse da segurança dos usuários e do seu próprio pessoal, o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados (Equipamentos de Proteção Individual - EPI) e (Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC).
- 17.1.62. Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e usando equipamento de proteção individual (EPI) apropriado;
- 17.1.63. Responsabilizar-se pela guarda e conservação de todos os materiais e equipamentos existentes na edificação e na área pertencente ao Contratante, tanto no período diurno como noturno;
- 17.1.64. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;
- 17.1.65. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do contratante;
- 17.1.66. Apresentar, ao final dos trabalhos, o Manual de Conservação e Manutenção, estabelecendo todas os procedimentos e rotinas para a execução de serviços de conservação e manutenção de todos os acabamentos, elementos, instalações, equipamentos e sistemas existentes;
- 17.1.67. A inadimplência da Licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao contratante, nem poderá onerar o objeto deste razão pela qual a Licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Contratante;
- 17.1.68. É de inteira responsabilidade da licitante, manter a Regularidade Fiscal conforme exigido no Edital, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local da Prestação do Serviço durante toda execução do contrato;
- 17.1.69. Todas as dúvidas existentes, quanto às técnicas a serem aplicadas, deverão ser sanadas junto ao Contratante, por escrito, cabendo à Contratada aguardar deliberação para prosseguir nas atividades daí decorrentes;
- 17.1.70. A CONTRATADA deverá apresentar em seu quadro, Engenheiro Civil, Arquiteto e Engenheiro Eletricista com registro no CREA/CAU sendo este(s) responsável(veis) pela execução do contrato, solicitação da demanda e a execução do serviço de manutenção predial. Deverá ainda responsabilizar-se por qualquer(qualquer) outro(s) profissional(is) que seja necessário contratar;
- 17.1.71. As despesas decorrentes do transporte de pessoal administrativo e técnico, bem como de operários, serão de responsabilidade da CONTRATADA. Em hipótese alguma, será permitido o transporte clandestino de profissionais e/ou equipamentos, sendo necessário o uso de meios de transportes legalizados pelos órgãos de controle e fiscalização estatal, podendo em caso adverso, a Contratada ser penalizada por esta Administração nos Termos especificados em Contrato e na Lei Vigente;
- 17.1.72. As despesas decorrentes de estadia e alimentação de pessoal no local de realização do serviço de manutenção predial serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 17.1.73. As despesas referentes à impressões, plotagens e outras correrão por conta da CONTRATADA. A CONTRATADA deverá manter obrigatoriamente na **MANUTENÇÃO PREDIAL**, no mínimo dois conjuntos completos do projeto, constando de Desenhos, Caderno de Discriminações Técnicas e Planilha de Quantidades, salvo quando a contratante não fornecer tais documentos.
- 17.1.74. Salvo o que for expressamente excluído adiante, o orçamento da CONTRATADA compreenderá o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra para a execução de serviços e instalações necessárias à completa e perfeita edificação do serviço de manutenção predial.
- 17.1.75. Indicar, na assinatura do contrato telefones fixo, móvel e e-mail oficial da empresa que deverá ser monitorado diariamente para fins de comunicações pertinentes ao contrato;
- 17.1.76. A CONTRATADA assumirá a manutenção predial no estado em que se encontra;
- 17.1.77. Recolher aos cofres da SESDEC ou dos órgãos partícipes, conforme lhe seja instruído na oportunidade, as importâncias referentes às multas que lhe forem



aplicadas ou às indenizações devidas, sob pena de serem descontadas do pagamento de sua fatura;

17.1.78. Os profissionais indicados pela CONTRATADA para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar efetivamente da execução dos serviços conforme Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE, conforme determina em seu Art. 67, § 6º da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.1.79. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, fretes, seguros, deslocamento, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto da contratação, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

17.1.80. Aceitar acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Contratante, conforme previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual Nº 28.874/2024.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. As Obrigações Contratante estão previstas no item 23.1 do Termo de Referência (0058024856).

18.1.1. Fornecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa iniciar e prestar serviços dentro das condições pactuadas, a critério da CONTRATANTE;

18.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

18.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

18.1.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

18.1.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

18.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

18.1.7. Verificar a regularidade dos encargos sociais antes do pagamento;

18.1.8. Analisar e aprovar os Projetos Provisórios e Definitivos apresentados pela CONTRATADA;

18.1.9. Recusar Notas Fiscais ou Faturas que estejam em desacordo com as exigências do edital, informando à CONTRATADA e sobrestando o pagamento até a regularização da condição;

18.1.10. Assegurar o acesso do pessoal autorizado pela CONTRATADA, devidamente identificados, aos locais onde devam efetuar as reuniões, estudos e levantamentos de campo, tomando todas as providências necessárias;

18.1.11. Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações;

18.1.12. Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;

18.1.13. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato;

18.1.14. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros, em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

18.1.15. Cumprir as obrigações estabelecidas no Termo de Contrato;

18.1.16. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

18.1.17. Indicar servidores para acompanhar, fiscalizar, avaliar e verificar a execução do objeto contratado;

18.1.18. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

18.1.19. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada;

18.1.20. Aplicar Sanções Administrativas e Penalidades à Contratada por descumprimento de obrigações avençadas, quando detectadas;

18.1.21. Manter arquivado junto ao processo administrativo ao qual estará vinculado o Edital, toda a documentação a ele referente, apensando processos de Fiscalização e Penalizações decorrentes da contratação;

18.1.22. Fornecer Atestados de Capacidade Técnica, quando solicitados, desde que atendidas as obrigações fixadas neste instrumento;

18.1.23. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

18.1.24. Verificar e aprovar no prazo máximo de 10 dias úteis todos os desenhos das peças ou elementos (estrutura, revestimento, esquadrias, painéis, etc.) para fins de liberação de sua fabricação, quando for o caso;

18.1.25. Verificar e aprovar no prazo máximo de 10 dias úteis os protótipos das peças ou elementos que possuam repetitividade (esquadrias, portas, painéis e etc.), após a montagem e a solicitação da Contratada, para comprovação de sua conformidade, estanqueidade, resistência, etc.), para fins de liberação para sua fabricação, quando for o caso;

18.1.26. Notificar a Contratada quando defeitos forem observados na **MANUTENÇÃO PREDIAL**/serviço durante o prazo de garantia quinquenal, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

18.1.27. Ajuizar ação judicial caso os reparos não sejam iniciados pela Contratada;

18.1.28. Arquivar, entre outros documentos os projetos, especificações técnicas, orçamento, termos de recebimento, contratos e aditamentos, diário de **MANUTENÇÃO PREDIAL**, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento da **MANUTENÇÃO PREDIAL** e notificações expedidas;

18.1.29. Realizar reuniões com toda a sua equipe técnica presente, na sede da contratada;

18.1.30. Essas reuniões serão previamente agendadas e seu objetivo é apresentar e discutir o desenvolvimento dos trabalhos e seus ajustes.

#### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SANÇÕES

19.1. As sanções administrativas constam no item 24 do Termo de Referência (0058024856).

19.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, I, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida.

19.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

19.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, sendo o alcance da penalidade definido pela autoridade competente no ato sancionador e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme preveem os §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

19.5. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão

competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

19.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

19.7. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

19.8. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

19.9. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155. da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I - Inexecução total ou parcial do contrato;
- II - Apresentação de documentação falsa;
- III - Comportamento inidôneo;
- IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- V - Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

19.10. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.11. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

19.12. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

19.13. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

19.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.15. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

19.16. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- 19.16.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 19.16.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- 19.16.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.16.4. Advertência por escrito, que será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério do Contratante, mediante justificativa, não implique na aplicação de penalidade superior.

19.16.5. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme descrito neste Termo de Referência.

19.16.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso X, do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.16.7. As sanções administrativas previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente, a critério da Administração.

19.17. **DA ADVERTÊNCIA**

19.17.1. A Advertência, emitida quando a Contratada descumprir qualquer obrigação, será expedido se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, nos seguintes casos:

- 19.17.1.1. Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 10 (dez) dias no cumprimento das metas em relação ao cronograma físico-financeiro aprovado.
- 19.17.1.2. Quando a Contratada descumprir qualquer outra obrigação prevista neste Projeto Básico, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.
- 19.17.1.3. A Advertência somente será emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

19.18. **DA MULTA MORATÓRIA**

19.18.1. Nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais e ressalvadas os motivos de Força Maior ou Caso Fortuito que deverão ser devidamente comprovados pela Contratada, o Contratante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, aplicará à Contratada a multa moratória de:

- 19.18.2. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na conclusão da etapa prevista no cronograma físico-financeiro ou entrega do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,90% , que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;
- 19.18.3. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso na conclusão da etapa prevista no cronograma físico-financeiro ou na entrega do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- 19.18.4. 0,05% (cinco centésimas por cento) do valor do contrato por descumprimento de outras Obrigações da Contratada previstas neste Projeto Básico e não sanados após Notificação da Contratante, sendo calculado por cada descumprimento registrado multiplicado por evento e/ou por dia de atraso, conforme a natureza da situação, até um limite de 10% do valor do contrato.

19.18.5. A incidência de qualquer das multas não eximirá a Contratada da obrigação de efetuar os reparos e correções necessários.

19.18.6. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

19.18.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
01	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
02	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Recusar-se a entregar os materiais conforme estabelecido, sem motivo justificado, por ocorrência.	04	1,6% por dia
06	Entregar materiais incompletos, paliativo substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar, por ocorrência.	02	0,4% por dia
07	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
08	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
09	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de Cartão/ equipamento/software; por ocorrência.	02	0,4% por dia

PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
01	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência.	05	3,2% por dia
02	Efetuar a reposição de equipamentos danificados, por motivo e por dia.	04	1,6% por dia
03	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
04	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% por dia
05	Entregar os materiais nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por esse contrato; por item, por ocorrência.	02	0,4% por dia
06	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
07	Fornecer suporte técnico à CONTRATANTE, por ocorrência, por dia.	01	0,2% por dia
08	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados, etc.	02	0,4% por dia
10	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão, por funcionário e por dia;	01	0,2% por dia
11	Fornecer suporte técnico à Contratante, por ocorrência e por dia.	01	0,2% por dia

19.18.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.18.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.18.10. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

## 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - REAJUSTE CONTRATUAL

20.1. O reajuste deve seguir as normas **dispostas no item 35 do Termo de Referência, além do disposto no Decreto 28.874/2024 (0058024856).**

20.2. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data da apresentação da proposta, conforme previsão do art. 154, §2º do Decreto 28.874/2024. Com a justificativa da existência do lapso de tempo considerável entre a data do orçamento estimativo e a data proposta, sendo está última mais condizente com tempo da futura ata registrada.

20.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano;

20.4. Considerando que o reajuste de preços pode ser efetuado mediante a aplicação de índice – reajuste indexação – ou por meio de demonstração analítica de variação dos custos índices aplicar-se-á aos cálculos do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), índice IGP-M (Índice Geral dos Preços – Mercado) ou IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo), sendo o critério de aplicação, aquele que de forma mais vantajosa à administração pública e se adequar às especificidades do objeto.

20.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, conforme §8º art. 25 Lei Federal nº 14.133/2021.

20.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## 21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

21.1. A vigência da ata de registro de preços consta no item 25 do Termo de Referência **(0058024856).**

21.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços para a aquisição será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período desde que comprovada a vantajosidade do preço (art. 84, Lei 14.133/2021).

## 22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. O gerenciamento da ata de registro de preços consta no item 26 do Termo de Referência **(0058024856).**

22.2. Caberá à Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente conforme inciso XLVI, do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

22.3. As obrigações do órgão gerenciador da Ata seguem os preceitos do art. 122 do **Decreto Estadual nº 28.874/24.**

Art.122 Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 124;

II - consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços fruto da intenção;

IV - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório de intenção de registro de preços;

V - realizar levantamento de mercado e pesquisa de preço ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;

VI - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VII - realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes;

VIII - gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;

IX - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;

X - analisar as solicitações de adesão formuladas pelos órgãos não participantes;

XI - zelar pela observância dos limites individual e global para adesão;

XII - divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A análise das solicitações de adesão deverá ser precedida de levantamento de mercado e pesquisa de preço para aferição do valor do objeto registrado com base no quantitativo resultante da adesão, apresentado por ato próprio da unidade aderente.

§ 2º A constatação de preço mais vantajoso em decorrência da pesquisa referida no parágrafo anterior, identificada e informada pela unidade de origem, acarretará a necessidade de repactuação do preço registrado.

§ 3º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador não autorizará a adesão.

22.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

22.5. Além das condições e as regras estabelecidas no termo do Artigo 124 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, as adesões ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, consolidadas no Parecer Prévio nº 07/2014 do TCE/RO, caberá ao órgão ou entidade da Administração interessado, verificar se está enquadrado nas regras do item 3.2 do PP nº 07/2014.

22.6. O cumprimento das demais determinações para fornecimentos adicionais (caronas) do Parecer Prévio Nº 07/2014/TCE-RO (comprovação da viabilidade operacional, econômica e financeira e verificação da capacitação técnica e econômica complementares) devem ser documentadas nos autos da adesão e são de responsabilidade do requisitante.

## 23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO - IRP

- 23.1. A intenção do registro de preço consta no item 27 do Termo de Referência (0058024856).
- 23.2. Para o procedimento de Intenção de Registro de Preço deverá ser observado o Art. 117 do Decreto 28.874/2024.
- Compete ao órgão gerenciador providenciar, previamente à publicação do edital, a publicação de intenção de registro de preços como forma de divulgar formalmente a pretensão de realização do certame com a adoção do SRP para possíveis órgãos ou entidades interessadas.
- § 1º A publicação da intenção de registro de preços deverá descrever o objeto pretendido com clareza suficiente para a compreensão dos potenciais interessados.
- § 2º A publicação da intenção de registro de preços poderá deixar de ocorrer, sempre de forma fundamentada, quando:
- I - a natureza do objeto se relacionar exclusivamente ao órgão ou entidade responsável pelo certame;
- II - excepcionalmente, se mostrar inviável a veiculação da intenção de registro de preços.
- § 3º Os órgãos ou entidades estaduais interessadas terão o prazo de 8 (oito) dias úteis para formalizar as respectivas requisições de objeto ao órgão ou entidade responsável pela publicação da intenção de registro de preços.
- § 4º As requisições deverão conter descrição e quantitativo estimado do objeto, com a respectiva justificativa, com base em técnicas estimativas que considerarão, sempre que possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.
- § 5º As manifestações de participação no certame deverão ser levadas em consideração na elaboração do projeto básico ou termo de referência.
- 23.3. Considerando que, a intenção de registro de preço poderá deixar de ocorrer, sempre de forma fundamentada, quando:
- a natureza do objeto se relacionar exclusivamente ao órgão ou entidade responsável pelo certame;
- excepcionalmente, se mostrar inviável a veiculação da intenção de registro de preços.
- 23.4. Tendo em vista o disposto no § 2º do art. 117 do Decreto nº 28.874/2024, **esta unidade gestora fundamenta a solicitação para a não publicação da Intenção de Registro de Preço (IRP)** no âmbito do procedimento de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na realização de serviços comuns de engenharia para manutenção predial, com base nos seguintes argumentos:
- 23.5. Após análise do objeto da futura contratação identificou-se a impossibilidade de abertura dos procedimentos de Intenção de Registro de Preço, tendo em vista que a manutenção predial objeto da presente contratação é direcionada exclusivamente para edificações utilizadas pela Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania, como quartéis, delegacias e institutos. Tais edificações possuem características específicas relacionadas à segurança pública, demandando serviços especializados que atendam às peculiaridades funcionais e operacionais dessas estruturas. Dessa forma, o objeto relaciona-se exclusivamente ao órgão responsável pelo certame, conforme disposto no inciso I do § 2º do Art. 117 do Decreto nº 28.874/2024, justificando a dispensa da publicação da IRP.
- 23.6. Além disso, a Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC desempenha atividades essenciais e contínuas para garantir a ordem pública e a segurança da população. A realização célere da licitação para contratação dos serviços de manutenção predial é imprescindível para assegurar a continuidade das operações dos órgãos vinculados à pasta. A publicação da IRP poderia acarretar a dilação do prazo de tramitação do processo licitatório, impactando negativamente na execução das atividades operacionais.
- 23.7. Assim, com base nos argumentos apresentados e em conformidade com o Decreto nº 28.874/2024, **solicita-se a dispensa da publicação da Intenção de Registro de Preço** para o objeto em questão, a fim de resguardar os interesses operacionais da Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania e garantir a continuidade das atividades de segurança pública no Estado.
- 24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DO FORNECIMENTO ADICIONAL "CARONAS"**
- 24.1. A utilização da ata e do fornecimento adicional "caronas" consta no item 28 do Termo de Referência (0058024856)
- 24.2. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no parágrafo § 2º, do Art. 86º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- § 2º Se não participarem do procedimento previsto no **caput** deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 desta Lei](#);
- III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 24.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 24.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50 % cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme preconiza o parágrafo § 4º, do Art. 86º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 24.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem, com base no parágrafo § 5º, do Art. 86º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 24.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 24.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 24.8. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.
- 25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 25.1. A alteração da ata de registro de preços consta no item 29 do Termo de Referência (0058024856).
- 25.2. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial, dar-se-á conforme alude o inciso II Art. 124º da Lei Federal nº 14.133/2021:
- II - por acordo entre as partes:
- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- 25.3. Após 1 (um) ano da ata de registro de preço poderá ser renovada por igual período comprovada vantajosidade com possibilidade reajuste conforme inciso IV art. 82 da lei 14.133 de preços podendo ser efetuado mediante a aplicação de índice – reajuste indexação – ou por meio de demonstração analítica de variação dos custos índices aplicar-se-á aos cálculos do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), índice IGP-M (Índice Geral dos Preços – Mercado) ou IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo), sendo o critério de aplicação, aquele que de forma mais vantajosa à administração pública e se adequar às especificidades do objeto.
- 25.4. Os valores registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença apurada entre o valor

originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

- 25.5. Se a licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente será convocada a licitante melhor classificada subsequente, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis perante a recusa;
- 25.6. No caso de descumprimento (não assinatura), a administração se reserva no direito de convocar outra empresa licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor;
- 25.7. A Ata de Registro de Preços poderá ser CANCELADA de pleno direito, nas seguintes situações:
- 25.8. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços;
- 25.9. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços;
- 25.10. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
- 25.11. Quando o fornecedor/consignatário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado;
- 25.12. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado, mediante o devido processo legal;
- 25.13. No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade empresária adjudicatária;
- 25.14. Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora, sem a anuência prévia do Órgão Gerenciador;
- 25.15. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;
- 25.16. A hipótese de pedido de rescisão/cancelamento dos preços registrados por parte do Fornecedor poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital;
- 25.17. A solicitação da empresa Fornecedor para cancelamento do desconto registrado sempre deverá ocorrer antes de pedido de execução dos serviços pela contratada;
- 25.18. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, permanecendo mantido o compromisso relativo à garantia dos produtos entregues, o qual fora assumido antes do cancelamento;
- 25.19. Caso a administração não utilize a prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida;
- 25.20. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a Ata de Registro de Preços;
- 25.21. É vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do Registro de Preços para qualquer operação financeira;
- 25.22. A não observância ao disposto no item anterior importará no cancelamento da Ata de Registro de Preços.

## **26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

- 26.1. A participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio **consta no item 31 do Termo de Referência (0058024856)**.
- 26.2. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Art. 15º da Lei Federal nº 14.133/2021 e, ainda, o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas:
- 26.3. **Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio**, sendo que, neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

## **27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

- 27.1. A subcontratação consta **no item 30 do Termo de Referência (0058024856)**.
- 27.2. Será permitida apenas a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20,00% do valor total da Ordem de Serviço, mediante prévia e expressa autorização do contratante em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, para serviços específicos (vidros, ar condicionado, remoção de entulho, calhas...) será permitida a subcontratação, dentre outras previamente autorizadas pela Administração.
- 27.3. No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá os serviços autorizados, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios o principal serviço de que trata este Termo de Referência, assumindo também a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços subcontratados.
- 27.4. A assinatura do contrato caberá somente a empresa vencedora, por ser a única responsável perante o contratante, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.
- 27.5. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o contratante e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a autarquia e a subcontratada, inclusive no que se refere à medição e ao pagamento direto da subcontratada.
- 27.6. A contratada ao requerer a autorização para a subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.
- 27.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 28.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO**

- 29.1. O reequilíbrio econômico **consta no item 36 do Termo de Referência (0058024856)**.
- 29.2. Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 124, inciso II, alínea "d", da lei nº. 14.133/2021, será concedido reequilíbrio econômico- financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual, podendo ser concedido utilizando o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), índice IGP-M (Índice Geral dos Preços – Mercado) ou IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo), sendo o critério de aplicação, aquele que de forma mais vantajosa à administração pública e se adequar às especificidades do objeto.

## **30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA - RESCISÃO CONTRATUAL**

- 30.1. A rescisão do contrato **consta no item 37 do Termo de Referência (0058024856)**.
- 30.2. O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 30.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 30.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

## **31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA- DA CONTRATAÇÃO DE ME E EPP**

- 31.1. A contratação de ME e EPP **constam no item 38 do Termo de Referência (0058024856)**.
- 31.2. Exclusividade de benefício às ME – Microempresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte (Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006): **não se aplica** ao presente processo tendo em vista que o valor médio a ser contratado, será superior aos R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

## **32. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA**

- 32.1. A participação de cooperativa **constam no item 39 do Termo de Referência (0058024856).**
- 32.2. As cooperativas poderão participar do certame licitatório desde que atendam as exigências expressa na Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021, artigo 16 e incisos, a seguir:
- 32.3. Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:
- 32.4. I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), a [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), e a [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#);
- 32.5. II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- 32.6. **III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;**
- 32.7. **IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.**
- 32.8. **(Grifo nosso).**
33. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA SUSTENTABILIDADE**
- 33.1. A sustentabilidade **consta nos itens 33 e 40 do Termo de Referência (0058024856).**
- 33.2. A Contratada obriga-se a implantar, na execução dos serviços, boas práticas ambientais, devendo as especificações dos insumos necessários para a execução dos serviços, atender as normas ambientais vigentes.
- 33.3. Deverão ser adotadas pela Contratada, todas as normas federais, estaduais e municipais quanto aos critérios de preservação ambiental, além das orientações das entidades públicas que versem sobre a matéria, dentre as quais as destacam-se as seguintes:
- 33.4. Todos os resíduos gerados durante o serviço deverão ser dispostos em lugar adequado ou aterro sanitário, em conformidade com a resolução do CONAMA 307/2002 e suas posteriores alterações (Resoluções 348/2004, 431/2011 e 448/2012);
- 33.5. Utilize equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento em conformidade com a Resolução CONAMA nº 20/1994;
- 33.6. Deverão ser observados, na execução dos serviços, os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010;
- 33.7. Os insumos a serem utilizados sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT, bem como observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO;
- 33.8. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres defenil-polibromados (PBDes);
- 33.9. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 33.10. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- 33.11. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006;
- 33.12. A comprovação do disposto acima, no que couber, poderá ser feita, mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o serviço prestado cumpre com as exigências deste.
- 33.13. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 33.13.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 33.13.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 33.13.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 33.13.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 17.5. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 33.14. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 33.15. Caso houver viabilidade, utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975/2006, de:
- 33.15.1. Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
- 33.15.2. Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
- 33.15.3. Florestas plantadas; e
- 33.15.4. Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
34. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO FORO**
- 34.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes à Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
35. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO**
- 35.1. Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da lei nº. 14.133/2021, será concedido reequilíbrio econômico- financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual, podendo ser concedido utilizando o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), índice IGP-M (Índice Geral dos Preços – Mercado) ou IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo), sendo o critério de aplicação, aquele que de forma mais vantajosa à administração pública e se adequar às especificidades do objeto.
36. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**
- 36.1. Após as assinaturas deste instrumento, a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de seu resumo no Diário Oficial do Estado sem prejuízo de outras publicações que a Contratante tenha como necessárias.
37. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**
- 37.1. Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo;
- 37.2. Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento;
- 37.3. Para firmeza e como prova do acordado, este Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes.